

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

**ELIZANGELA BATISTA DIAS**

**ENSINO SUPERIOR EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PIAUÍ:  
EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO VALE DO CANINDÉ**

**TERESINA -PI  
2019**

**ELIZANGELA BATISTA DIAS**

**ENSINO SUPERIOR EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PIAUÍ:  
EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO VALE DO CANINDÉ**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, convênio UFPI-IFPI biênio 2017-2019.

Área de concentração: Gestão pública para desenvolvimento regional.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira

**TERESINA - PI  
2019**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco Serviço de  
Processamento Técnico

D541e Dias, Elizangela Batista.

Ensino superior em instituições públicas do Estado do  
Piauí: expansão e interiorização no Território Vale do  
Canindé / Elizangela Batista Dias. – 2019.

99 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do  
Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Gestão Pública, Teresina, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira.

1. Ensino superior. 2. Política pública. 3. Universidade.  
4. Expansão do ensino superior. I. Título.

CDD 378.381 22

ELIZANGELA BATISTA DIAS

**ENSINO SUPERIOR EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PIAUÍ:  
EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO VALE DO CANINDÉ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.


Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

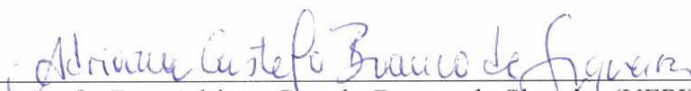
Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

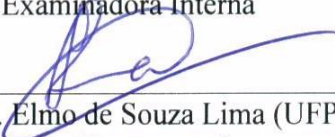
Orientador(a): Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira.

Aprovado em 16 de dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Adriana Castelo Branco de Siqueira (UFPI)  
Examinadora Interna

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Elmo de Souza Lima (UFPI)  
Examinador Externo ao Programa

Dedico essa conquista, primeiramente, a Deus, que me guia nas horas difíceis! Aos meus pais, Neusa e Izaias, pelos exemplos de amor e dedicação! Aos meus irmãos, José Elves, Erisaldo e Eduardo, com quem compartilho essa vitória! Aos meus sobrinhos, Izaias Neto, Isabella, José Rafael e Samuel, pelo amor que torna a vida mais leve.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, e por ser meu guia nessa caminhada!

Aos meus pais, Neusa e Izaias, aos meus irmãos, José Elves, Erisaldo e Eduardo, e às minhas cunhadas Dávia e Ozianne, pela ajuda, incentivo e amor incondicional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira, pela paciência, calma, compreensão e sabedoria. Obrigada pelo seu acompanhamento e por partilhar seu conhecimento!

Aos professores Dr. Elmo de Souza Lima e Dr<sup>a</sup>. Adriana Castelo Branco de Siqueira, membros da banca examinadora, pelo olhar crítico e pelas valiosas contribuições.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, pelos ensinamentos.

A todos os colegas do Programa, em especial, ao Leandro, com quem compartilhei os almoços e as angústias.

À minha amiga e irmã de coração, Rosinha Meneses, que prontamente me cedeu o seu apartamento em Teresina para hospedagem durante as aulas do Programa.

Aos colegas e amigos de trabalho, em especial à Prof<sup>a</sup>. Marina, pelo apoio e compreensão.

Ao Instituto Federal do Piauí, pela oportunidade de crescimento profissional.

Ao Diretor e servidores da UESPI Campus “Professor Possidônio Queiroz”, que forneceram dados para a realização desta pesquisa.

Aos Coordenadores de Polo da UAB de Oeiras e Simplício Mendes, que forneceram dados e participaram da entrevista, agradeço imensamente pela contribuição.

A todos, muito obrigada!

## RESUMO

A educação, em especial o ensino superior, tem papel essencial no desenvolvimento socioeconômico e cultural dos países e, como tal, tem sido objeto de diversos estudos. Seu desenvolvimento gera conhecimentos filosóficos e técnico-científicos para o avanço social, político, econômico e cultural. Nesse contexto, esta dissertação analisa os resultados do processo de expansão e interiorização do ensino superior na Universidade Estadual do Piauí – UESPI e na Universidade Aberta do Brasil – UAB, no Território do Vale do Canindé. Busca-se responder às seguintes questões: quais os resultados da política de expansão e interiorização do ensino superior, através da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade Aberta do Brasil, no Território do Vale do Canindé - PI, no período entre 2000 e 2019? quais os resultados alcançados? Nesse sentido, esta pesquisa objetiva apresentar a política de interiorização e de expansão do ensino superior no Estado do Piauí, enfatizando a implantação, a estrutura organizacional e a evolução na oferta de vagas e cursos superiores presentes no território; analisar os resultados da oferta de vagas nos cursos da UESPI e da UAB no que se refere ao quantitativo de ingressantes *versus* número de egressos no território do Vale do Canindé; e identificar percepções dos gestores públicos da educação acerca dos avanços e dos limites do processo de expansão e implementação do ensino superior nesse território, bem como sua contribuição no desenvolvimento da região. Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, com abordagem qualitativa. O ensino superior no Território do Vale do Canindé iniciou-se com a criação do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” no ano de 2000 e com a primeira oferta de cursos presenciais regulares no ano de 2001. Os resultados da pesquisa apontam avanços na expansão e interiorização do ensino superior no território, no entanto, foram diagnosticadas fragilidades: espaço físico inadequado; estrutura física precária; número de professores reduzidos; falta de incentivo e apoio institucional e escassez de investimentos financeiros. Espera-se que este estudo contribua com o planejamento de ações e políticas públicas de ensino superior no território estudado.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Políticas Públicas. Universidade. Expansão do Ensino.

## ABSTRACT

Education, especially higher education, plays an essential role in the socioeconomic and cultural development of countries and, as such, has been the subject of several studies. Its development generates philosophical and technical-scientific knowledge for social, political, economic and cultural advancement. This dissertation analyzes the results of the process of expansion and interiorization of higher education at the State University of Piauí and Open University of Brazil, in the Territory of the Canindé Valley. The following question is sought: which are the results of the policy of expansion and interiorization of higher education, through the State University of Piauí and the Open University of Brazil, in the Territory of the Canindé Valley - PI, in the period between 2000 and 2019? What results are achieved? In this sense, this research aims to present the policy of internalization and expansion of higher education in the State of Piauí, emphasizing the implementation, organizational structure and evolution in the offer of vacancies and higher courses present in the territory; analyze the results of the offer of vacancies in the UESPI and UAB bears regarding the number of entering *versus* number of graduates in the territory of the Canindé Valley; and identify perceptions of public education managers about the progress and limitations of the process of expansion and implementation of higher education in this territory, as well as their contribution to the development of the region. This is a descriptive and analytical research, with a qualitative approach. Higher education in the Canindé Valley Territory began with the creation of the Campus of UESPI "Professor Possidônio Queiroz" in 2000 and with the first offer of regular face-to-face courses in 2001. The results of the research indicate advances in the expansion and interiorization of higher education in the territory, however, weaknesses were diagnosed: inadequate physical space; poor physical structure; number of reduced teachers; lack of incentive and institutional support and scarcity of financial investments. It is expected that this study will contribute to the planning of public higher education actions and policies in the territory studied.

**Keywords:** Higher Education. Public Policies. University. Expansion.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEAD – Centro de Educação a Distância

CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica

CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CF/88 – Constituição Federal de 19/88.

DTIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da UESPI

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

GT – Grupo de Trabalho.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice De Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior

IF – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NEAD – Núcleo de Educação a Distância

PDI – Plano de desenvolvimento institucional

PNAP – Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UDF – Universidade do Distrito Federal

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2010).....	35
Figura 2 - Organograma da UESPI.....	56
Figura 3 - Território do Vale Do Canindé.....	58
Figura 4 - Fachada do Campus “Professor Possidônio Queiroz” em Oeiras.....	67
Figura 5 - Fachada de Entrada do Polo UAB “Professor Possidônio Queiroz” em Oeiras.....	71
Figura 6 - Fachada de Entrada do Polo UAB “Antônio de Moura Fé” em Simplício Mendes.....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Matrículas na Educação Superior (Graduação e Sequencial) – 2007/2017.....	31
Gráfico 2 - Percentual de instituições de educação superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2018.....	33
Gráfico 3 - Número de bolsas ofertadas por ano pelo PROUNI – 2005/2018.....	40
Gráfico 4 - Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil – 2008/2018.....	43
Gráfico 5 - Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003/2011.....	45
Gráfico 6 - Evolução das matrículas nas IES públicas e privadas (graduação presencial) – Piauí – 1991/2010.....	49
Gráfico 7 - Evolução das matrículas nas IES públicas e privadas EaD (graduação a distância) - Piauí– 2009/2018.....	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos, ano e local de criação – 1808 a 1820.....	20
Quadro 2 - Oferta de Cursos pela UESPI na modalidade PRONERA .....	64
Quadro 3 - Oferta de cursos presenciais pela UESPI na modalidade regular e na modalidade especial (PARFOR) .....	64
Quadro 4 – Oferta de Cursos de Graduação presencial em Oeiras prevista para o PDI 2017 – 2021.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expansão do sistema de ensino superior – 1900/1968.....	26
Tabela 2 - Instituições de educação superior por Categoria Administrativa – Brasil – 1985/2001.....	28
Tabela 3 - Evolução de instituições de educação superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 1996/2006.....	30
Tabela 4 - Número de IES no Brasil por Categoria Administrativa em 2018.....	32
Tabela 5 - IES no Brasil por Organização Acadêmica em 2018.....	32
Tabela 6 - Programas de expansão do ensino superior.....	39
Tabela 7 - Evolução do número de matrículas no ensino superior (presencial) por Categoria Administrativa – Piauí – 1991/2010.....	50
Tabela 8 - Evolução do número de matrículas no ensino superior (presencial) por Categoria Administrativa – Piauí – 2011/2018.....	51
Tabela 9 - Número de IES no Piauí por organização acadêmica em 2018.....	53
Tabela 10 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos (graduação regular) – Campus “Professor Possidônio Queiroz” – 2001 /2019.....	67
Tabela 11 - Número de vagas e ingressantes (graduação regular) – Campus “Professor Possidônio Queiroz” – 2001 /2019.....	68
Tabela 12 - Número de vagas, ingressos e egressos (graduação especial) Parfor – Campus “Professor Possidônio Queiroz” – 2011 /2019.....	69
Tabela 13 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos – vestibular UAB/CEAD/NEAD – 2009 e 2010.....	71
Tabela 14 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos – vestibular UAB/CEAD/NEAD – 2012 a 2017.....	72
Tabela 15 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos – vestibular UAB/CEAD/NEAD – 2008 e 2009.....	76
Tabela 16 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos – vestibular UAB/CEAD/NEAD – 2010 a 2017.....	76
Tabela 17 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos na graduação (presencial e a distância), no Território do Vale do Canindé – 2001/2019.....	79
Tabela 18 - Tempo de atuação da Gestão (Campus da UESPI, Polos da UAB de Oeiras e Simplício Mendes).....	81

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 CONTEXTUALIZANDO O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL</b> .....	19
2.1 Trajetória do ensino superior brasileiro: do período colonial a década de 1960.....	19
2.2 O Ensino Superior brasileiro: de 1970 aos dias atuais.....	27
2.3 Políticas públicas de ensino superior no Brasil: expansão a partir da década de 1990.....	33
2.3.1 Políticas públicas: definição e análise.....	33
2.3.2 O Ciclo de políticas públicas.....	35
<b>3 O ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE: Origem, expansão e interiorização</b> .....	47
3.1 Aspectos socioeconômicos do Estado do Piauí.....	47
3.2 As origens do ensino superior no Piauí.....	47
3.3 Universidade Estadual do Piauí: Fundação, Expansão e Interiorização.....	53
3.3.1 Ensino superior no território do Vale do Canindé.....	57
<b>4 ENSINO SUPERIOR NO TERRITÓRIO DO VALE DO CANINDÉ: origem, expansão, resultados e percepções</b> .....	61
4.1 Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UESPI.....	61
4.2 Análise dos resultados da oferta de vagas em cursos da UESPI (2000-2019) .....	65
4.3 Análise dos resultados da oferta de vagas em cursos da UAB no polo de Oeiras.....	70
4.4 Análise da oferta de vagas em cursos da UAB no Polo de Simplício Mendes.....	74
4.5 Avanços e entraves: um olhar dos gestores públicos das IES do Território do Vale do Canindé.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA GRAVADA COM O DIRETOR DO CAMPUS DA UESPI</b> .....	98
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA GRAVADA COM OS GESTORES DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL</b> .....	99

## 1 INTRODUÇÃO

A educação, em especial o ensino superior, tem papel essencial no desenvolvimento socioeconômico e cultural dos países e, como tal, tem sido objeto de diversos estudos. Seu desenvolvimento gera conhecimentos filosóficos e técnicos-científicos para o avanço social, político, econômico e cultural. Santos e Freitas (2010) afirmam que a educação superior tem a capacidade de alavancar e promover o crescimento econômico sustentável através da pesquisa, melhoria tecnológica e inovação.

Ao longo do tempo, o ensino superior brasileiro passou por mudanças consideráveis, especialmente a partir da década de 1960, quando ocorreu a reconfiguração desse nível de ensino através da Reforma Universitária do ano de 1968, no governo de regime militar.

Nesse sentido, houve alguns momentos de expansão da rede de ensino superior no Brasil no século XX. Por exemplo, no período de 1964 a 1980, houve o incremento de vagas nos cursos de graduação, fomentadas pela iniciativa privada e a consolidação da pós-graduação que esteve relacionada com os rumos do desenvolvimentismo no Brasil (BARRETO, 2012).

No que diz respeito a expansão do ensino superior brasileiro, percebe-se um aumento significativo de Instituições de Ensino Superior (IES) e de matrículas a partir da década de 1990. Conforme dados do MEC/INEP, o número de matrículas em instituições de ensino superior brasileiras saltou de 2.694.245 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e duzentos e quarenta e cinco) no ano de 2000, para 8.290.911 (oito milhões, duzentos e noventa mil e novecentos e onze) no ano de 2017 (INEP, 2018). No entanto, de acordo com dados do IBGE (2016), apenas 15,3% (quinze vírgula três por cento) da população brasileira possui ensino superior completo. Neste estudo, a expansão é entendida como ampliação de vagas, cursos, matrículas e instituições superiores de ensino.

O Ensino superior brasileiro encontra-se regulamentado na Constituição Federal de 1988 (CF/88) (BRASIL, 1988), bem como na Lei nº. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) (BRASIL, 1996), integrada por um abrangente conjunto de decretos, regulamentos e portarias complementares.

O Estado do Piauí<sup>1</sup> apresenta-se, geograficamente, aglutinado em 224 (duzentos e

---

<sup>1</sup> O Estado do Piauí localiza-se na Região Nordeste do Brasil e possui uma área de 251.616,823 km<sup>2</sup>, ocupa a décima primeira posição em área territorial e a décima oitava em contingente populacional dentre os estados brasileiros, com uma população estimada em 2019 de 3.273.227 habitantes, o que resulta em uma densidade demográfica baixa, de apenas 12,4 hab/km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 era de 0,646, o rendimento mensal domiciliar per capita em 2018 era de R\$ 817,00 (IBGE, 2019).

vinte e quatro) municípios, agrupados em 12 (doze) Territórios de Desenvolvimento e 28 (vinte e oito) Aglomerados, pensados a partir das características socioambientais, das vocações produtivas e dinamismo das regiões, das relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades, da regionalização político-administrativa e da malha viária existente, tudo conforme Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, e atualizada pela Lei nº 6.967/2017 (CEPRO, 2018).

No Estado do Piauí, *lócus* desta pesquisa, o ensino superior iniciou na década de 1930, com instalação da Faculdade de Direito do Piauí, em 1931, na cidade de Teresina, capital do Estado, resultante de diversos movimentos e articulação política, atendendo aos anseios da elite intelectual do Estado (MELO, 2006a; NOGUEIRA, 2006; FERREIRA; LOPES, 2013).

Considerando a chegada do ensino superior tardiamente no Estado, esta pesquisa se insere no debate da significação da educação superior para o desenvolvimento do Piauí, também se justificando pela relevância em contribuir para a ampliação da literatura e dos estudos sobre o tema, além de fomentar o debate para o fortalecimento de políticas públicas educacionais e por uma educação integral.

A justificativa da escolha deste tema de pesquisa centra-se na necessidade de realizar estudo sobre os resultados da implementação de políticas públicas, bem como proporcionar à sociedade dados que possibilitem a formulação e/ou implementação de políticas públicas em educação, que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da região investigada.

A pesquisa tem como objeto de estudo os resultados (oferta de cursos, vagas, ingressantes e egressos) do processo de implantação e expansão do ensino superior em um dos territórios de desenvolvimento do Estado, o Território do Vale do Canindé, no período entre 2000 e 2019. Este recorte temporal justifica-se no fato do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” ter sido fundado em 2000, e a última oferta de ingresso através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) ter acontecido no ano de 2019, bem como conclusões de turmas e a oferta de cursos a distância pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) ter ocorrido no período entre 2008 e 2017, especificamente nos cursos ofertados pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD) – UESPI e pelo Centro de Educação a Distância (CEAD) – UFPI. Período este em que também houve conclusões de turmas nessa modalidade de ensino.

O estudo tem como objetivo geral analisar os resultados do processo de expansão e interiorização do ensino superior, através da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade Aberta do Brasil, no Território do Vale do Canindé, no período entre 2000 e 2019. No âmbito dos objetivos específicos pretende-se: apresentar a política de interiorização e de expansão do ensino superior no Estado do Piauí, no Território do Vale do Canindé, no



período entre 2000 e 2019, enfatizando a implantação, a estrutura organizacional e a evolução na oferta de vagas, de cursos do Campus da UESPI e nos polos de apoio presencial; analisar os resultados da oferta de vagas em cursos da UESPI (2000 a 2018) e UAB (2008-2018) no que se refere ao quantitativo de ingressantes *versus* quantitativo de egressos no território do Vale do Canindé; e identificar percepções dos gestores públicos da educação acerca dos avanços e dos entraves do processo de expansão e implementação do ensino superior no território, bem como sobre sua contribuição no desenvolvimento da região.

O processo de interiorização do ensino superior no Território do Vale do Canindé iniciou no ano de 2000, com a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e foi intensificado a partir de 2010, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com oferta de cursos a distância. Nesse sentido, este estudo desenvolve-se com o intuito de responder às seguintes questões: quais os resultados da política de expansão e interiorização do ensino superior, através da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade Aberta do Brasil, no Território do Vale do Canindé - PI, no período entre 2000 e 2019? em que medida os resultados foram alcançados?

A pesquisa é de caráter qualitativo, documental e descritivo, pois analisa o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, os resultados (vagas ofertadas, ingressos *versus* egressos) e o “ponto de vista” dos gestores sobre a política de expansão e contribuições do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico no território investigado.

Neste sentido, este estudo priorizou a análise documental, levantamento de dados e entrevistas, buscando encontrar nas partes relação com o todo. Além disso, coletou-se e analisou-se o material disponível nos sítios eletrônicos oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no Núcleo de Educação a Distância (NEAD) e no Centro de Educação a Distância (CEAD), que indicam a oferta de vagas e o número de matrículas no ensino superior, no período de 2000 a 2019. O trabalho desenvolveu-se a partir das etapas de pesquisa a seguir discriminadas.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na análise documental do PDI da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) que teve como finalidade conhecer as ações, estratégias e políticas de expansão do ensino superior, no território do Vale do Canindé.

Na segunda etapa, buscou-se fazer um levantamento e análise dos cursos ofertados, número de vagas e concluintes no período de 2000 a 2019, no território do Vale do Canindé. Nesta etapa, encontrou-se dificuldade de acesso aos dados da UESPI, Campus “Professor

Possidônio Queiroz”, pois o mesmo não dispõe de um banco de dados com as informações necessárias sistematizadas.

A terceira etapa consistiu na realização de entrevista semiestruturada (Apêndices A e B), gravadas, com servidores da UESPI e dos Polos no Vale do Canindé, de ensino presencial e a distância, que possuem relação direta com a gestão. O objetivo das entrevistas foi identificar as percepções dos gestores públicos da educação acerca dos avanços e dos entraves do processo de expansão e implementação do ensino superior no território do Vale do Canindé, bem como sobre sua contribuição no desenvolvimento da região. Foram entrevistados três gestores, sendo um diretor da UESPI (Campus “Professor Possidônio Queiroz” - Oeiras) e dois coordenadores de Polos de apoio presencial (Oeiras e Simplício Mendes). A escolha desses gestores se deve ao fato de somente nestes municípios daquele Território ter turmas de cursos superior concluídas até a presente pesquisa. As entrevistas foram realizadas no Campus “Professor Possidônio Queiroz” e nos dois polos, em visitas feitas em setembro de 2019. Toda a coleta de dados deste estudo seguiu os parâmetros éticos de pesquisa<sup>2</sup>.

Apresentou-se a todos os participantes os objetivos da pesquisa, tendo sido solicitada a participação e garantido o sigilo das informações. Todos os profissionais concordaram em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa da UFPI.

Além desta Introdução, a dissertação apresenta três capítulos, incluindo embasamento teórico-científico, análise empírica com seus respectivos resultados e, por fim, as considerações finais. No capítulo dois, apresenta-se brevemente os aspectos históricos e teóricos do ensino superior no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, bem como discussões acerca das políticas educacionais voltadas para expansão do ensino superior. O capítulo três tem a finalidade de apresentar as origens e a expansão e interiorização do ensino superior no Piauí, enfatizando as políticas públicas do governo estadual destinadas a este nível de ensino e a caracterização do *lócus* de pesquisa.

No capítulo quatro apresenta-se a evolução na oferta de vagas, cursos do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”, nos polos de apoio presencial da UAB (Oeiras e

---

<sup>2</sup> O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI. Para tanto, foi encaminhada, em janeiro de 2019, carta de anuência ao diretor da UESPI (Campus “Professor Possidônio Queiroz”) e as de Coordenadores de Polos da UAB dos municípios de Oeiras e Simplício Mendes, para que, cientes dos objetivos e da metodologia da pesquisa, concedessem a permissão ao seu desenvolvimento, observando os parâmetros legais estabelecidos pela ética na pesquisa. A carta foi assinada dando parecer favorável à coleta dos dados, tanto pelo diretor do Campus “Professor Possidônio Queiroz” como pelos coordenadores de Polos de apoio presencial.

Simplício Mendes) e os resultados alcançados. Analisa-se os resultados, identifica-se percepções dos gestores públicos da educação acerca dos avanços e dos entraves do processo de expansão e implementação do ensino superior no território do Vale do Canindé, bem como sobre sua contribuição no desenvolvimento da região. Por fim, as considerações finais do estudo.

## **2 CONTEXTUALIZANDO O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Este capítulo tem por finalidade contextualizar e fundamentar brevemente o ensino superior no Brasil. Apresenta, seguidamente em tópicos, as discussões acerca do ensino superior desde o período colonial até os dias atuais, bem como as políticas educacionais voltadas para expansão do ensino superior brasileiro, assim como as políticas educacionais mais recentes. Ressalta-se, que não é finalidade desta a pesquisa aprofundar o debate sobre o percurso histórico da educação superior no Brasil.

### **2.1 Trajetória do ensino superior brasileiro: do período colonial a década de 1960**

O ensino superior brasileiro reporta ao processo de colonização do país, com a chegada dos padres jesuítas em 1549, quando foram criadas escolas superiores. “O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550” (CUNHA, 2000, p.152). O autor afirma que neste período foram criados pelos jesuítas 17 colégios, sem finalidade exclusiva a formação de sacerdotes. “Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns, acrescia-se o ensino superior em Artes e Teologia” (CUNHA, 2000, p.152).

Porém, na literatura brasileira há um consenso diferente dessa premissa quanto à institucionalização oficial do ensino superior no país. Este assegura o início foral do ensino a partir da chegada da família real portuguesa, em 1808, quando os cursos superiores começaram a ser instalados, cujo Rei D. Joao VI, criou institutos de ensino superior a exemplo dos de Medicina, Engenharia e Economia (CUNHA, 2000; MARTINS, 2002; NUNES, 2007; COSTA e RAUBER, 2009; SAVIANI, 2010; PINTO e BUFFA, 2009; TEIXEIRA, 2010). Cunha (2000) e Saviani (2010) inferem que em vez de universidades, foram criadas cátedras isoladas de ensino superior, ou seja, não articuladas no âmbito de universidades.

Nunes (2007) assegura três características desse período que marcaram o processo de estruturação do ensino superior e permaneceram até o século seguinte: ascendência do governo central sobre as províncias (posteriormente estados) e sobre iniciativas privadas, fazendo com que o formato de estruturação da educação superior fosse derivado do governo federal; ensino nascido para a reprodução e formação de elites, portanto, o caráter elitista

refletia também os baixos níveis de escolaridade da população brasileira; e a opção inicial pela estruturação do ensino a partir de faculdades e escolas isoladas.

Teixeira (2010) afirma que a primeira escola superior do Brasil, criada pelo príncipe regente D. João, foi a Escola de Cirurgia da Bahia, em 18 de fevereiro de 1808, no Hospital Militar da Bahia. No mesmo ano foi criado o curso de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro. O autor assegura que “as condições de ensino eram precárias e se limitavam a um curso rudimentar de cirurgia. Os seus alunos eram praticantes e só exerciam a profissão onde não havia médicos” (TEIXEIRA, 2010, p.70). Esses cursos tinham como finalidade proporcionar educação para uma elite que aqui chegava com perspectivas de se instalar, devido à invasão napoleônica a Portugal. Além disso, visavam formar quadros para dar suporte ao aparelho administrativo aqui implantado (RIBEIRO, 2015). A partir desse período, surgiram então, outros cursos conforme quadro abaixo.

**Quadro 1** – Cursos, ano e local de criação – 1808 a 1820

<b>Cursos</b>	<b>Criação</b>	<b>Local</b>
Curso de Engenharia da Academia Real da Marinha	1808	Rio de Janeiro
Curso de Engenharia da Academia Real Militar	1810	Rio de Janeiro
Curso de Medicina	1808	Rio de Janeiro
Curso de Cirurgia	1808	Bahia
Curso de Economia	1808	Rio de Janeiro
Curso de Agricultura	1814	Rio Janeiro
Curso de Química (química industrial, geologia e mineralogia)	1817	Rio Janeiro
Curso de Desenho Técnico	1818	Rio Janeiro

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Martins (2002) e Saviani (2010).

No século XIX, os cursos de agronomia, química, desenho técnico e economia política tinham como finalidade a formação de burocratas; já os cursos de música, desenho, história e arquitetura, a formação de profissionais liberais (CUNHA, 2007; BUFFA e PINTO, 2016).

O surgimento tardio do ensino superior no Brasil reflete a política de colonização imposta por Portugal, considerando que apenas os filhos da elite da época deveriam ter acesso ao ensino superior, e estes inclusive, tinham condições de realizar seus cursos superiores na Europa. Além disso, a Metrópole exercia uma política de controle sobre qualquer iniciativa

que apontasse sinais de independência política e cultural da Colônia, como a criação de universidades (FÁVERO, 2006).

Destarte, somente com a vinda da Família Real para o Brasil apontou-se a necessidade do ensino superior, pois o novo sistema que estava sendo implantado necessitava de profissionais qualificados para a condução e produção dos bens de consumo, bem como para dar suporte aos setores dominantes da época na burocracia do Estado. O ensino superior do período colonial voltava-se a formação de grupos dominantes para o exercício do poder e da elitização do saber. Portanto, o ensino superior brasileiro neste período era restrito às camadas mais abastadas da população, ou seja, era elitista e excludente, e sempre foi.

Em 1822 o Brasil tornou-se independente de Portugal, no entanto, essa independência não provocou expressivas mudanças na educação, nem ampliação ou diversificação no formato do ensino superior, pois os novos dirigentes não tinham interesse na criação de universidades, prevalecendo as faculdades isoladas (SAMPAIO, 1991). Continuou existindo apenas cursos isolados que atendia aos interesses da classe dominante.

Nesse sentido, é importante compreender a caracterização sociopolítica do Brasil à época, pois a formação de Estado nacional aqui instituída seguiu o modelo europeu liberal-parlamentar, com o domínio de uma elite latifundiária, cuja fonte de riqueza era a monocultura exportadora e que expressava uma racionalidade patriarcal herdada da colônia e conservadora em relação à estrutura socioeconômica escravocrata (SILVA, 2019).

Assim, após cinco anos da independência do Brasil, em 1827, foram criados os cursos jurídicos<sup>3</sup> e instalados no ano seguinte em São Paulo, no Convento de São Francisco, e outro em Olinda (PE), no Mosteiro de São Bento (FÁVERO, 2006; CUNHA, 2007; SAVIANI, 2010). Na visão de Moreira (1960, apud FÁVERO, 2006, p.21) “esses dois cursos passam a ter grande influência na formação de elites e na mentalidade política do Império”. Além desses cursos, foi criada na cidade de Ouro Preto<sup>4</sup> (MG), a Escola de Minas<sup>5</sup> e a Escola Politécnica no Rio de Janeiro em 1874 (OLIVEN, 2002; CUNHA, 2000).

Cunha (2000, p.155) salienta que desde 1808 a admissão dos candidatos às escolas superiores estava condicionada à aprovação nos chamados "exames de estudos preparatórios" prestados no estabelecimento de ensino procurado por cada candidato, sendo que a partir de 1837 os egressos do ensino secundário do Colégio Pedro II passaram “a ter o privilégio de

---

<sup>3</sup> “Esses dois cursos vieram a constituir, respectivamente, a Faculdade de Direito do largo de São Francisco, em São Paulo, e a Faculdade de Direito do Recife” (SAVIANI, 2010, p.5).

<sup>4</sup> A cidade de Ouro Preto situava-se na região de extração de ouro em Minas Gerais (OLIVEN, 2002).

<sup>5</sup> “Embora a criação dessa Escola date de 1832, ela foi instalada somente 34 anos mais tarde” (OLIVEN, 2002, p.25).

matrícula, sem exames, em qualquer escola superior do Império”. O autor destaca que diante das pressões das elites regionais, objetivando a facilitação do ingresso no ensino superior, os “exames preparatórios” passaram a ser realizados no Rio de Janeiro e depois nas capitais das províncias, perante juntas especiais. Essas medidas facilitaram o acesso e resultaram na expansão do ensino superior à época (CUNHA, 2000).

Nesse contexto, as escolas e cursos ofertados ao longo do século XIX sofreram transformações, além de ocorrerem várias tentativas frustradas de criação de universidades. Essas tentativas não obtiveram êxito no início, principalmente por resistência da Coroa Portuguesa que defendia sua política de colonização (FÁVERO, 2006; BUFFA e PINTO, 2016; FÁVERO, 2000).

Nesse sentido, Cunha (2000, p.152) ressalta a resistência da Coroa Portuguesa à criação de universidades na Colônia, ao afirmar que “Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil”. O autor cita que a metrópole, no lugar de universidades, concedia a certo número de filhos de colonos bolsas para que fossem estudar em Coimbra. Destarte, as ações desenvolvidas no campo do ensino superior no período imperial brasileiro visavam principalmente manter a tradição aristocrata.

Em 1889 a República brasileira foi proclamada por meio de um golpe de Estado desencadeado por uma conspiração que reuniu liberais, positivistas e monarquistas ressentidos. Diante da composição dessas correntes político-ideológicas foi elaborada e promulgada a Constituição de 1891 (CUNHA, 2000).

A Constituição de 1891 manteve o ensino superior como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente, e isso gerou condições para o surgimento de universidades estaduais. Ela também permitiu a criação de instituições estaduais, municipais e privadas, com isso houve ampliação, descentralização e diversificação do sistema educacional (FÁVERO, 2006; SAMPAIO, 1991).

Percebe-se que o governo, desde o período colonial até a primeira República, não tinha interesse com o ensino superior brasileiro, no entanto, precisava de mão de obra qualificada para a gestão do Estado e desenvolvimento do capitalismo, assim, manteve apenas os cursos essenciais para atender as necessidades do próprio Estado e dos filhos da elite econômica, os únicos que tinham acesso a esse nível de ensino.

Martins (2009) assegura que existiam no Brasil apenas 24 (vinte e quatro) estabelecimentos de ensino superior ao final do século XIX. Somente no começo do século XX, no ano de 1920, foi instituída a Universidade do Rio de Janeiro, que é historicamente

considerada por muitos autores a primeira Universidade brasileira (FÁVERO, 2006; OLIVEN, 2002; STALLIVIERI, 2006; BUFFA e PINTO, 2016).

Fávero (2006) destaca que a Universidade do Rio Janeiro foi instituída por meio do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, pelo então presidente Epitácio Pessoa, e resulta da justaposição de três escolas tradicionais: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, conservando as características de cada uma. Oliven (2002, p.33) afirma também que essa instituição “era mais voltada ao ensino do que à pesquisa”, além de elitista. Nessa linha, Nogueira (2006) considera que o modelo da Universidade do Rio de Janeiro serviu de referência para análise dos pontos positivos e negativos de mais de vinte escolas de ensino superior até o final da década de vinte, passando por um período de transição da escola superior para a instituição universitária.

Em 1927 cria-se a Universidade de Minas Gerais<sup>6</sup>, segundo o modelo da primeira, a partir da união das faculdades de Engenharia, Farmácia, Odontologia e Medicina e Direito (FÁVERO, 2006; CUNHA, 2000). E, “a terceira instituição, do Rio Grande do Sul<sup>7</sup>, recebeu o status universitário só em 1934” (CUNHA, 2000, p.164).

Neste contexto, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), instituída por meio do Decreto nº 6.283/34 e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF) (FÁVERO, 2006). A autora infere que a UDF surge com uma estrutura inovadora, pois além da formação profissional, voltava-se também à pesquisa, à produção do saber, à arte e à cultura.

É válido lembrar que na década de 1930 o Brasil era formado basicamente de agricultores, não alfabetizados e impossibilitados de trabalhar na indústria emergente. Diante da necessidade da industrialização brasileira, cria-se o Ministério da Educação e Saúde Pública com a finalidade de preparar mão de obra para a nascente indústria brasileira. O Ministério teve como primeiro ministro Francisco de Campos (SILVA, 2017). Em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras. Esses e outros decretos ficaram conhecidos como Reforma Francisco de Campos.

De acordo com Lima (2014), com o início da Revolução de 1930<sup>8</sup>, a educação superior surge no cenário brasileiro com uma visão moderna em consequência das mudanças ocorridas

---

<sup>6</sup> “A de Minas Gerais surgiu por iniciativa privada contando com subsídio do governo estadual, vindo a ser federalizada em 1949 dando origem à atual Universidade Federal de Minas Gerais” (SAVIANI, 2010, p.6).

<sup>7</sup> Cunha (2000, p.164) destaca que a Universidade do Rio Grande do Sul “surgiu da diferenciação de uma única faculdade, a Escola de Engenharia de Porto Alegre”, o que torna o seu processo de criação diferente das duas anteriores (Universidade do Rio de Janeiro e Universidade de Minas Gerais).

<sup>8</sup> “A Revolução de 1930, levou Getúlio Vargas ao poder, foi liderada por frações dissidentes da oligarquia e atacou as bases de dominação dos cafeicultores” (OLIVEN, 2002, p.24).



na República velha. Nesse período criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, e definiu-se, legalmente, a instituição universitária. Corroborando, Feitosa (2006) afirma que a Revolução de 1930 apresenta transformações na ordem política e administrativa do país, e no que diz respeito ao ensino superior, destacam-se, principalmente, os decretos que orientavam esse nível de ensino que, a partir de então, deveria obedecer ao sistema universitário brasileiro, regulamentado no Estatuto das Universidades brasileiras, criado pelo Decreto nº 19.851, de 11 abril de 1931. Cunha (2000, p.165) afirma que:

[...] o Estatuto estabeleceu os padrões de organização para as instituições de ensino superior em todo o país, universitárias e não-universitárias. Cada universidade seria criada pela reunião de faculdades (pelo menos três dentre as seguintes: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras). Cada faculdade seria dirigida por uma congregação, integrada pelos professores catedráticos efetivos, pelos livre-docentes em exercício de catedrático e por um representante dos livre-docentes por eles eleito. Três a seis catedráticos, escolhidos pelo ministro da Educação dentre os de uma lista elaborada pela congregação, constituiriam o conselho técnico-administrativo de cada faculdade, seu órgão deliberativo (CUNHA, 2000, p.165).

Neste sentido, o Ministro também escolheria, dentro de uma lista de professores catedráticos, elaborada conjuntamente pela congregação e pelo conselho universitário, o diretor da faculdade (CUNHA, 2000). Em 1937 a Universidade do Rio de Janeiro mudou seu nome para "Universidade do Brasil", com a ideia de que ela se transformaria em uma Universidade Nacional, modelo e padrão a ser adotado pelas demais instituições de ensino superior do país (CUNHA, 2000). No ano de 1946 foi constituída a Universidade da Bahia, resultado da incorporação de diversas escolas e faculdades, e em 1950 tornou-se federalizada (SAVIANI, 2010).

Cabe destacar que o modelo de universidade implementado na década de 1930 favorecia a consolidação do Estado autoritário e do projeto de governo. A política educacional desse período era norteadas por diretrizes ideológicas que se materializavam nas críticas ao comunismo, exaltação da nacionalidade e valorização do ensino profissional.

Diante da centralização e do autoritarismo que caracterizaram o período, surge em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 (vinte e seis) intelectuais, em oposição ao modelo educacional vigente na época. Desse modo, os Pioneiros defendiam uma educação inteiramente nova, pública, leiga, obrigatória e igual para ambos os sexos e, que garantisse o acesso a todas as classes e a todos os níveis de ensino, destacando a função social e pública, e o dever do Estado em sua oferta e financiamento (RANIERI, 2018).

Entre as décadas de 40 e 50, do século XX, esboçam complexas lutas nas Universidades pela autonomia universitária (JESUS, 2013). Assim, vários movimentos no ensino superior marcam a década de 1950, como a Federalização de Instituições de Ensino Superior e a criação de novas Universidades Federais, nesta década e na década de 1960 (SILVA, 2002; DOURADO, 2008).

Fávero (2006) afirma que o ritmo de desenvolvimento no Brasil acelera-se a partir da década de 50, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Em consequência dessas transformações, surge de forma mais ou menos explícita a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, em função da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Ainda de acordo com a autora, o movimento pela modernização do ensino superior no Brasil atinge seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1961, a mais moderna universidade do país naquele período. Na visão de Ésther (2015, p.201), “a UnB foi, efetivamente, a primeira universidade concebida e criada como tal, ou seja, ela não constituiu a união de escolas e faculdades isoladas”, como acontecia com as universidades públicas criadas até então.

Diante do projeto brasileiro de desenvolvimento, urbanização e industrialização, foi necessária uma reformulação no ensino superior, pois este seria responsável por produzir a força de trabalho para atender aos interesses do mercado capitalista.

Diante desse contexto, em 1961 foi instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei nº 4.024/61. Oliven (2002, p.32) destaca que “a nova Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior” e inovou no sentido de garantir a representação estudantil nos colegiados, no entanto, não especificou a respectiva proporção.

No período de 1930 e 1964 foram criadas 20 (vinte) universidades federais no Brasil (STALLIVIERI, 2006). Corroborando, Durham (2003) destaca que o número de estudantes no ensino superior passou de 41 (quarenta e um) mil para 95 (noventa e cinco) mil no período de 1945 a 1960.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um forte movimento de reforma do sistema universitário brasileiro, do qual participaram o movimento estudantil, os docentes e os pesquisadores (MARTINS, 2009). A universidade, nesse período, destacava-se como uma instituição revolucionária em busca de mudanças na sociedade e na construção da justiça (BUARQUE, 2003).

O governo militar promoveu invasões de universidades por tropas militares, demissão e prisão de professores e estudantes, apreensão de livros, destituição de reitores e nomeação de interventores (JABOB, 1977). Destarte, o golpe militar de 1964 provocou a reorganização

do movimento estudantil em oposição ao regime político e o seu baluarte foi a universidade pública (DURHAM, 2003).

Nesse sentido, no ano de 1968 a mobilização estudantil exige do governo medidas no sentido de solucionar os problemas educacionais mais intensos. A resposta de maior alcance foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968, responsável por estudar, em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a “crise da Universidade” (FÁVERO, 2006, p. 32). Diante disso, ocorre a Reforma Universitária de 1968, aprovada por meio da Lei nº 5.540/68, o mesmo ano em que o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi instituído pelos militares e “atacou os direitos civis e políticos, perseguindo os opositores do regime, especialmente professores e estudantes” (BARREYRO, 2008, p. 18).

Aroni (2017, p.222) aponta que:

[...] a Reforma Universitária de 1968, Lei nº 5.540 (Brasil, 1968a), definiu boa parte da atual configuração do ensino superior no Brasil, estabelecendo a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades, implantando os departamentos como uma ‘célula’ organizacional das instituições, prevendo a participação docente nos órgãos decisórios centrais, inclusive nos estabelecimentos isolados, introduzindo os cursos de especialização e de extensão nas diferentes modalidades organizacionais, extinguindo as cátedras e adotando a progressividade do regime de trabalho de dedicação exclusiva nas universidades públicas.

A Lei nº 5.540 de 1968 deu espaço para que centros universitários e faculdades isoladas, em sua maioria privadas, atendessem boa parte da demanda de estudantes, isto é, por “instituições nas quais a pesquisa e a extensão não se consolidaram como parte dos seus atributos” (ARONI, 2017, p.222).

A Tabela 1 demonstra a expansão do sistema de ensino superior brasileiro até 1968, desde a República até a Reforma Universitária.

**Tabela 1 -Expansão do sistema de ensino superior -1900/1968<sup>9</sup> (continua)**

<b>Período</b>	<b>Número de estabelecimentos de Ensino Superior criadas no período</b>
Até 1900	24

<sup>9</sup> A tabela foi extraída do texto SAMPAIO, H (1991). Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

**Tabela 1 -Expansão do sistema de ensino superior -1900/1968 (conclusão)**

<b>Período</b>	<b>Número de estabelecimentos de Ensino Superior criadas no período</b>
1900-1910	13
1910 -1920	34
1920-1930	86
1930-1945	95
1945-1960	223
1960-1968	375

Fonte: Sampaio (1991, p.7)

Percebe-se um crescimento no número de estabelecimentos de ensino superior ao longo desse período, passando de 24 (vinte e quatro) para 375 (trezentos e setenta e cinco). Para Sampaio (1991, p.7) “as mudanças que ocorreram não foram somente de ordem quantitativa. O ensino superior passou a dar mais ênfase à formação tecnológica que, por sua vez, exigia uma base científica melhor”. Como exemplo, a autora cita a criação das escolas de minas, das escolas politécnicas, das escolas superiores de farmácia e agricultura.

## **2.2 O ensino superior brasileiro dos anos 1970 aos dias atuais**

Costa e Rauber (2009) afirmam que com a implantação de políticas educacionais no Brasil, a partir dos anos de 1970, verifica-se um alastramento do ensino superior pelo país, devido à grande concentração populacional urbana, o avanço do capitalismo e a exigência de melhor qualificação profissional. Mas, principalmente, pela ausência de políticas estatais para a educação superior e o expressivo contingente populacional sem formação superior no país, que atrasava o avanço do desenvolvimento econômico capitalista.

No início da década de 1970, em meio à conjuntura de grande dinamismo econômico, o Brasil vivia um período considerado de “milagre econômico”. Diante da necessidade de profissionais capacitados para impulsionar o desenvolvimento econômico, o governo Médici, aumentou os recursos orçamentários para a ampliação das universidades federais (RIGOTTO; SOUZA, 2005). Os autores afirmam que foram criados cursos e carreiras que não possuíam regulamentação.

Nesse sentido, a expansão do ensino superior se intensifica ao longo da década de 1970. No período de 1968 a 1971 o número de matrículas no ensino superior duplicou,

passando de 278.295 (duzentos e setenta e oito mil e duzentos e noventa e cinco) (1968) para 561.397 (quinhentos e sessenta e um mil e trezentos e noventa e sete) (1971), o mesmo acontecendo no período de 1971 a 1977, sendo que em 1971 o número de matrículas era de 561.397 (quinhentos e sessenta e um mil e trezentos e noventa e sete), e em 1977 havia 1.159.046 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil e quarenta e seis) alunos matriculados. Essa expansão foi provocada pela iniciativa privada, com o apoio do Estado, e fora das grandes cidades (SAMPAIO, 1991; BARREYRO, 2008). Portanto, a partir de 1968 inicia-se o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro incentivado pelo governo federal.

Durham (2003) salienta que o crescimento nas camadas médias e as novas oportunidades de trabalho no mercado mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal impulsionou o aumento da demanda por ensino superior. A década de 1980, por sua vez, foi marcada pela redemocratização política, bem como pelo processo de estagnação na expansão do ensino superior pelo setor público (SILVA, 2008). A interrupção no processo de expansão da educação superior na rede federal aconteceu devido à retração da economia na década de 1980, que resultou na restrição da capacidade de investimentos do poder público em todas as áreas (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016).

As universidades públicas brasileiras sofreram com a perda de recursos nas últimas décadas do século XX, por outro lado, observa-se um crescimento assustador de matrículas em IES privadas. O número de matriculados que era de 850.982 (oitocentos e cinquenta mil e novecentos e oitenta e dois) em 1981, passou a ser, em 2001, de 2.091.529 (dois milhões, noventa e um mil e quinhentos e vinte e nove), representando um aumento de mais de 56% (cinquenta e seis por cento) (BUARQUE, 2003). Esse crescimento das IES privadas é resultado de uma política neoliberal<sup>10</sup>, ou seja, do ajuste do sistema educacional aos princípios do mercado, conforme se observa na Tabela 2.

**Tabela 2 - Instituições de educação superior por Categoria Administrativa – Brasil – 1985/2001**

ANO	TOTAL	Categoria Administrativa	
		Pública	Privada
1985	856	233	626
2001	1.391	183	1.208

Fonte: Elaborada pela autora adaptado de Buarque (2003, p.23)

<sup>10</sup> O modelo neoliberal prega um “Estado mínimo”, ou seja, a redução da participação e da intervenção do Estado em diversas atividades, a abertura de mercado, a livre concorrência, a privatização dos serviços públicos, dentre outros.

Nesse sentido, a partir de 1980, a educação pública brasileira começou a perder espaço, e essa perda foi acentuada pela crise econômica e o nível de incertezas de um período de inflação galopante que frearam a expansão do ensino superior no país (SILVA, 2008).

A reafirmação da democracia, a partir de 1985, trouxe de volta a liberdade, inclusive o direito de escolha dos dirigentes universitários, com eleição direta para o cargo de reitor. No entanto, a forte restrição de recursos financeiros fez com a universidade pública fosse praticamente abandonada pelo poder público (BUARQUE, 2003).

Buarque (2003) assegura que os avanços obtidos nas IES federais ao longo do período de 1985 a 2002 foram resultados da árdua luta de professores, alunos e servidores contra o poder público, em mais de trezentos dias de greves nos anos letivos. As universidades federais chegaram a 2003 praticamente falidas. O autor cita também uma inesperada interiorização da universidade estatal, voltada, na sua luta pela sobrevivência, para a defesa dos próprios interesses.

No entanto, nas décadas de 1980 e 1990 ocorreram marcos significativos para a educação superior, como a sua consolidação com referências específicas na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que reconheceram a importância da qualidade da educação superior e os princípios de ensino, pesquisa e extensão, elementos básicos para o desenvolvimento das universidades públicas (GENTIL; LACERDA, 2017). Corroborando, Nogueira (2006) salienta que com a Constituição de 1988 são incorporadas reivindicações relativas ao ensino superior, tais como autonomia universitária, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e a garantia da gratuidade nos estabelecimentos públicos.

A década de 1990, na arena educacional, é marcada pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, promulgada sob a égide da Carta Magna de 1988, trazendo consigo a educação como direito social e garantindo a gratuidade em todos os níveis de ensino. Afirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, entre outros (NOGUEIRA, 2006; DOURADO, 2008). A indissociabilidade entre ensino e pesquisa já constava na legislação anterior, mas não havia nenhum mecanismo que exigisse sua implementação pelo setor privado (DURHAM, 2003).

A LDB prevê, em seu artigo 87, a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) com diretrizes e metas para a educação no prazo de 10 anos (BRASIL, 1996). Dentre as metas do

PNE consta a expansão do ensino superior, para tanto, foram criadas políticas públicas educacionais, objetivando garantir o cumprimento das metas estabelecidas – essas políticas serão discutidas mais adiante.

Oliveira e Dourado (2016) destacam que a partir da aprovação da LDB, em 1996, a educação superior inicia um ciclo de crescimento acelerado, no entanto, esse crescimento ocorreu em grande parte através do setor privado, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 - Evolução de instituições de educação superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 1996/2006**

Ano	Total	Categoria Administrativa			
		Pública	%	Privada	%
1996	922	211	22,8	711	77,2
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	15	1.004	85
2001	1.391	183	13,1	1.208	86,9
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	2.022	89,1

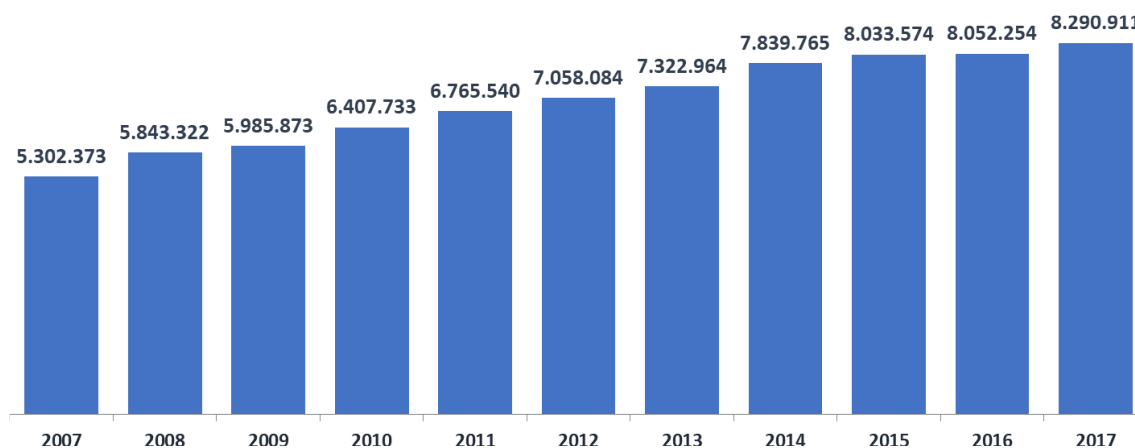
Fonte: Deaes/INEP/MEC (1996-2006)

Os dados da Tabela 3 demonstram que o número de instituições de ensino superior no Brasil cresceu 146,2% (cento e quarenta e seis vírgula dois por cento) no período de 10 (dez anos) anos. No setor público, o número de instituições cresceu apenas 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) no período de 1996 a 2006, enquanto, no setor privado, o número de instituições cresceu 184,4% (cento e oitenta e quatro vírgula quatro por cento), o que demonstra a desresponsabilização do Estado com a educação superior e a predominância do setor privado no ensino, com 89,1% (oitenta e nove vírgula um por cento) do total de IES. Isso demonstra que o ensino superior brasileiro continua elitista, embora a LDB de 1996 apresente no seu bojo “um conjunto de inovações que podem fazer o acesso ao ensino superior menos elitista, como a obrigatoriedade de cursos noturnos nas instituições públicas, a

regulamentação e institucionalização da educação a distância”, entre outras (CAVALCANTE, 2000, p.12).

Dados do INEP apontam que entre 2007 e 2017, a matrícula na educação superior aumentou 56,4% (cinquenta e seis vírgula quatro por cento). A média de crescimento anual é de 4,6% (quatro vírgula seis por cento). Em relação a 2016, a variação positiva é de 3,0% (três por cento), conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) – 2007/2017.



Fonte: INEP, 2017.

Segundo o INEP, o aumento do número de ingressantes entre 2016 e 2017 foi ocasionado, principalmente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 27,3% (vinte e sete vírgula três por cento) entre esses anos, enquanto nos cursos presenciais houve um acréscimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

Os dados do Censo da Educação Superior de 2018, divulgados pelo Inep, apontam que o Brasil possui um total de 2.537 (duas mil quinhentos e trinta e sete) instituições (Tabela 4), entre Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), sendo 299 (duzentos e noventa e nove) da rede pública, 11,8% (onze vírgula oito por cento) e 2.238 (duas mil duzentos e trinta e oito) IES da rede privada, 88,2% (oitenta e oito vírgula dois por cento). Das IES públicas, 109 (cento e nove) são da rede federal, 38,6% (trinta e oito vírgula seis por cento); 124 (cento e vinte e quatro) da rede estadual, 41,9% (quarenta e um vírgula nove por cento); e 63 (sessenta e três) IES da rede municipal, 21,3% (vinte e um vírgula três por cento).



**Tabela 4 – Número de IES no Brasil por Categoria Administrativa em 2018**

<b>Categoria Administrativa</b>			
<b>Pública</b>			<b>Privada</b>
Federal	Estadual	Municipal	
110	128	61	<b>2.238</b>
<b>Total IES Públicas 299</b>			

Fonte: INEP, 2019.

Dentre as 299 (duzentas e noventa e nove) IES públicas (Tabela 5), tem-se 107 (cento e sete) Universidades, 13 (treze) Centros Universitários, 139 (cento e trinta e nove) Faculdades e 40 (quarenta) IF e CEFEF. Na rede privada das 2.238 (duas mil duzentos e trinta e oito) IES, tem-se 92 (noventa e duas) Universidades, 217 (duzentos e dezessete) Centros Universitários e 1.929 (um mil novecentos e vinte e nove) Faculdades (INEP, 2019). Destarte, os dados da Tabela 4 e do Gráfico 2 demonstram que a privatização do ensino superior brasileiro avança a passos largos, resultado das políticas neoliberais.

Diante dos dados apresentados na Tabela 5, pode-se afirmar que expansão das IES particulares, de certa forma, é financiada por recursos privados e por recursos públicos indiretos, através do conjunto de políticas públicas de incentivo ao acesso ao ensino superior, dentre elas o aumento de apoio financeiro (bolsas e subsídios) ao aluno, como os programas PROUNI e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

**Tabela 5 – IES no Brasil por Organização Acadêmica em 2018**

<b>Organização acadêmica</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
Universidades	107	92
Centros Universitários	13	217
Faculdades	139	1.929
IF e CEFET	40	n.a*.
<b>TOTAL</b>	<b>299</b>	<b>2.238</b>

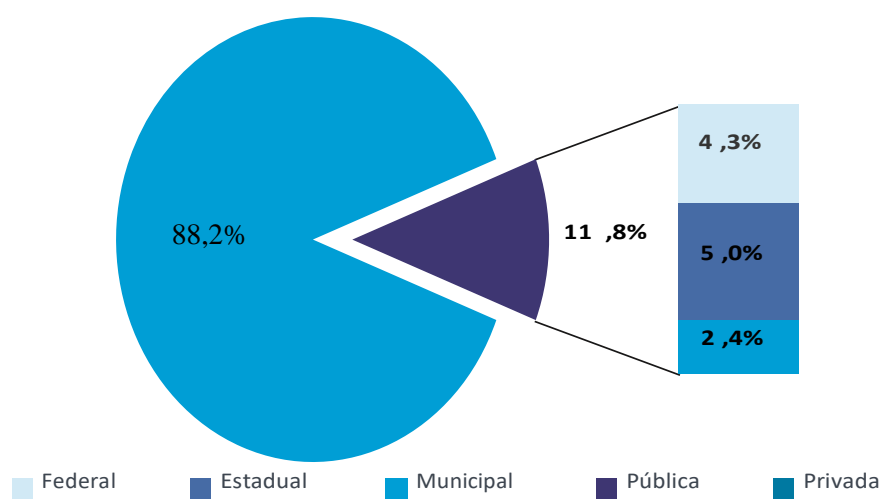
Fonte: INEP, 2019– Elaborada pela autora.

Nota: \*Não se aplica.

Assim, observa-se que das 2.537 (duas mil quinhentos e trinta e sete) IES existentes no Brasil em 2018, 81,5% (oitenta e um vírgula cinco por cento) são faculdades, no entanto, apenas 22% (vinte e dois por cento) dos estudantes estão matriculados nelas. Em relação às IEs públicas: 42,8% (quarenta e dois vírgula oito por cento) são estaduais, 128 (cento e vinte e

oito); 36,8% (trinta e seis vírgula oito por cento) são federais, 110 (cento e dez); e 20,4% (vinte vírgula quatro por cento) são municipais, 61 (sessenta e uma). Além disso, a maioria das universidades é pública, 53,8% (cinquenta e três vírgula oito por cento). Das IES federais, 57,3% (cinquenta e sete vírgula três por cento) correspondem às universidades, 36,4% (trinta e seis vírgula quatro por cento) aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS); 1,8% (um vírgula oito por cento) às faculdades e 4,5% (quatro vírgula cinco) são centros universitários. Dentre as IES privadas, há predominância de faculdades, 88,2% (oitenta e oito vírgula dois por cento) (INEP, 2019), conforme gráfico 2.

**Gráfico 2** - Instituições de educação superior, por categoria administrativa – Brasil – 2018



Fonte: INEP, 2019.

Por outro lado, apesar de existirem apenas 199 (cento e noventa e nove) universidades no Brasil, o que equivale a 7,8% (sete vírgula oito por cento) do total de IES, as matrículas da educação superior, 52,9% (cinquenta e duas vírgula nove por cento) estão concentradas nelas.

### 2.3 Políticas públicas de ensino superior no Brasil: expansão a partir da década de 1990

Para discutir as políticas públicas de expansão superior no Brasil, faz-se necessário discutir inicialmente o conceito de políticas públicas.

#### 2.3.1 Políticas públicas: definição e análise

A literatura apresenta várias definições para o conceito de políticas públicas e diversos autores se propõem a contribuir com a definição do termo. Por exemplo, Lynn (1980 *apud* Souza, 2006) define política pública como um conjunto de ações governamentais que produzirão efeitos específicos. Rua (1998, p.1) infere que políticas públicas “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. Para Dye (2005) política pública está relacionada praticamente a tudo aquilo que o governo faz em uma sociedade. Secchi (2012, p.2) entende que “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nesse sentido, política pública diz respeito às ações do agente público para atender às demandas da sociedade. Na concepção de Draibe (2011), política pública deve ser entendida como as que são desenvolvidas nas esferas públicas da sociedade e não no plano privado.

Souza (2006, p.24) define política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Desse modo, tais definições, embora distintas, enfatizam o papel do Estado na definição de instrumentos de ações e decisões necessárias para solucionar problemas sociais. Agum, Riscado e Menezes (2015) salientam que ao trabalhar com definições de políticas públicas assume-se o risco de limitar o papel dessas ações para efetuar quaisquer análises. Ainda de acordo com os autores, a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real.

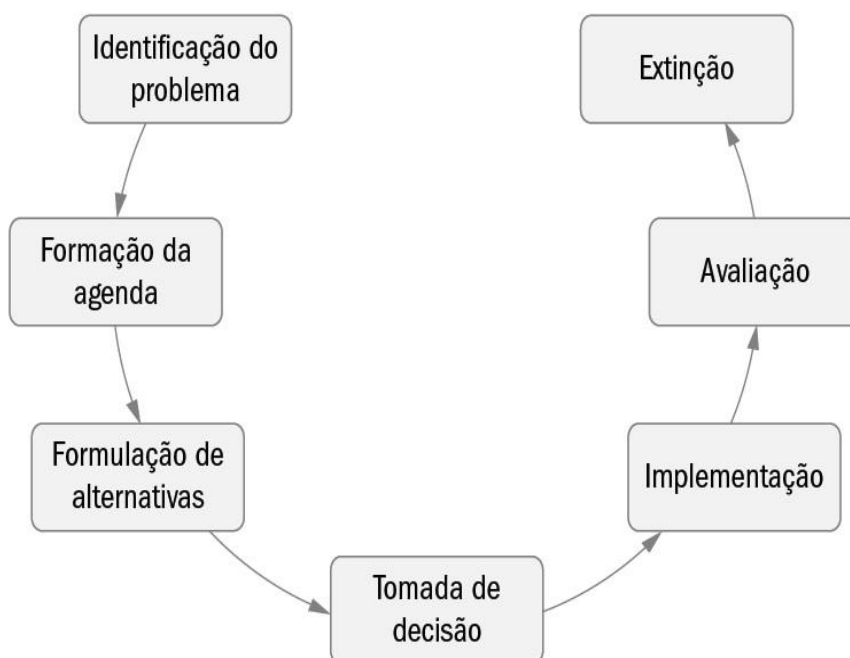
No contexto das políticas públicas encontram-se as políticas sociais que objetivam promover proteção social, mediante práticas redistributivas que objetivam a redução das desigualdades sociais. As políticas sociais referem-se a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, e visam a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. A educação é entendida como uma política pública social, de responsabilidade do Estado, ou seja, uma política social pública (HÖFLING, 2001). Destarte, é possível situar as políticas de expansão interiorização do ensino superior, como políticas sociais. No Brasil, as políticas sociais são garantidas pela legislação e amplamente disputada por partidos políticos, isso acontece porque existe uma relação de força na qual cada um quer lucrar mais politicamente com esse processo (PEREIRA, 2000). Para melhor compreensão da definição de políticas públicas, apresenta-se as fases de seu ciclo.

### 2.3.2 O ciclo de políticas públicas

As políticas públicas podem ser compreendidas em etapas sequenciais, caracterizando um modelo de ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), que se apresenta como uma ferramenta de análise que contribui para tornar a discussão sobre o tema clara e didática (SOTTANI *et al.*, 2017; RAEDER, 2014).

Secchi (2012, p. 33) afirma que “o ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”. Existem diversas versões já desenvolvidas de modelos de ciclo de políticas públicas, no entanto, neste estudo optou-se pelo modelo de Secchi (2012). A figura 1, abaixo, apresenta a proposição do autor em relação às fases desse ciclo.

**Figura 1** - Ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2010)



Fonte: Secchi (2010, p. 33)

O ponto de partida para a definição da agenda de políticas públicas é a identificação do problema. Um problema público pode ser compreendido como a diferença entre que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública (SECCHI, 2012). Assim, diante de um problema público, surge a necessidade de ação do Estado para solucionar o problema. Santos (2012) salienta que a definição de um problema depende principalmente da maneira como os decisores e a sociedade entendem determinada questão. Para tanto, faz-se necessário que os

gestores públicos compreendam os problemas que afligem a sociedade e tenham interesse em solucioná-lo. No caso do ensino superior, a identificação de problemas surge a partir de pressões da sociedade pela ampliação da oferta de cursos e vagas.

O próximo passo, após a identificação do problema, é conseguir incluí-lo na lista de prioridades, conhecida como agenda de governo, e formular alternativas de solução para esse problema. Destaca-se, que condição essencial para a inclusão do tema na agenda é a participação dos atores sociais mais expressivos envolvidos na temática (SERAINÉ, 2009). Desse modo, os diversos atores sociais organizados devem pressionar o poder público a incluir na agenda soluções para os problemas existentes. Diante da necessidade de ampliação da oferta de vagas em IES, o governo deve incluir esse tema em sua lista de prioridades.

A terceira fase é a formulação de alternativas que envolvem a identificação de possíveis soluções para os problemas pelos atores de determinada área política. Nesta fase, são definidos os objetivos da política e as estratégias para alcançá-los. A formulação de alternativas de solução é desenvolvida através de “escrutínios formais ou informais das consequências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível” (SECCHI, 2012, p.37). Dentre as alternativas para a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil nos anos 2000, destacam-se alguns programas como REUNI, PROUNI e Sistema UAB.

Após a definição das alternativas para solucionar o problema, ocorre a tomada de decisões, que representa o momento em os interesses dos atores são apreciados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitados (SECCHI, 2012). O autor destaca que há três maneiras diferentes de compreender a dinâmica de escolha de soluções alternativas para problemas públicas, são elas: ter problemas em mãos e buscar soluções; ter problemas e ajustar às soluções, e as soluções aos problemas; e ter soluções e buscar identificar problemas. Nessa fase, ocorre a elaboração e regulamentação dos programas de ação, tais como REUNI, PROUNI e Sistema UAB.

Definindo a tomada de decisão, procede-se com a fase de implementação. É nessa fase que os resultados concretos da política pública são produzidos, onde a gestão pública tem a função de transformar intenções políticas em ações concretas. Além disso, as funções administrativas como liderança e coordenação de ações são postas à prova no momento da implementação (SECCHI, 2012).

Neste sentido, Rua (2009 p. 90), afirma que a implementação consiste em fazer uma política sair do plano e funcionar efetivamente. Dessa forma, envolve:

[...] provisão de recursos no orçamento, formação de equipes, elaboração de minutas de projeto de lei autorizando realização de concurso para contratação de servidores, elaboração de editais para aquisição de bens ou contratação de serviços (RUA, 2009 p. 90).

A fase seguinte é a avaliação da política pública, onde são examinados os processos de implementação e de desempenho da política pública com a finalidade de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (SECCHI, 2012). O autor assegura que avaliação da política pública pode levar à: a) continuidade da política pública; b) reestruturação de aspectos práticos; e, c) extinção da política quando o problema foi solucionado. Secchi (2012) ressalta que avaliações completas e significativas são difíceis de serem realizadas, pois uma avaliação sistemática é uma tarefa que ocasiona muitas despesas. Destarte, a avaliação possibilita a alimentação do processo de planejamento e a sua reformulação.

A última fase do ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2012) é a extinção da política. As causas de extinção de uma política pública conforme Giuliani (2005, *apud* Secchi, 2012, p. 53) são basicamente três aspectos: 1) percepção da resolução do problema que originou a política; 2) percepção da ineficácia dos programas, leis ou ações que ativavam a política pública; e, 3) perda progressiva da importância do problema, embora não resolvido. Destaca-se a extinção do programa REUNI, após cinco anos de implementação. As políticas redistributivas são mais difíceis de serem extintas devido ao alto grau de conflito que geram entre grupos potencialmente beneficiários e grupos pagadores (SECCHI, 2012).

O estudo sobre políticas públicas, como se observa, tem despertado ao longo das últimas décadas o interesse de diversos pesquisadores por análise de política (SERAFIM; DIAS, 2012). Sampaio e Araújo Jr. (2006, p. 337) entendem a análise da política como uma “técnica de estudo que permite formar uma opinião acerca de determinada política pública”. Corroborando, RUA (2009, p.21) salienta que a análise de política pode ter como finalidade “tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político, como apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas”. Serafim e Dias (2012, p.127), por sua vez, afirmam que a análise da política pode ser entendida como um conjunto de observações acerca das políticas públicas, de caráter explicativo, descritivo e normativo, que corresponde, respectivamente, às perguntas a respeito de “o que/como é?”, “por que é assim?” e “como deveria ser?”.

Souza (2009) afirma que existem diferenças entre avaliação de políticas públicas e análises de políticas públicas. As análises são estudos das causas e consequências das

atividades do governo e avaliações se referem ao impacto ou o processo dessas políticas. Assim, a avaliação é um recurso utilizado para mensurar o desempenho de programas, para tanto, faz-se necessária a definição de quais aspectos dos resultados obtidos serão avaliados, ou seja, critérios de avaliação, tais como: eficiência, eficácia, impacto, sustentabilidade, custo-efetividade, satisfação dos beneficiários e equidade (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Destaca-se, que neste trabalho, optou-se por analisar os resultados do processo de implementação de uma política pública educacional, ou seja, buscou-se apresentar os resultados da ação do governo, se os beneficiários estão sendo atendidos, de que forma são atendidos e as necessidades de adaptações ou alterações.

A evolução de políticas públicas educacionais está relacionada diretamente com a evolução política, social e econômica da sociedade brasileira. Destarte, as políticas para a educação devem ser desenhadas para adequar as necessidades de produção da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir ao cidadão o seu direito à educação.

As políticas públicas brasileira, na década de 1990, foram concebidas sob a influência da agenda sistêmica neoliberal, que incidiu na Reforma do Estado com vista a redução o papel do Estado e privatizações de empresas estatais em diversos setores. Nesse sentido, destaca-se que as ações do Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) apontaram em grande medida para a consolidação do projeto neoliberal a partir da expansão do ensino superior através da iniciativa privada.

Como visto antes, a partir do fim da década de 1990, houve um novo movimento de interiorização e expansão do ensino superior no Brasil. A expansão e a interiorização tiveram suas bases firmadas tanto na necessidade de aumentar o acesso ao ensino superior, devido às cobranças advindas da população, como também esteve atrelada à necessidade de formar mão de obra qualificada para o mercado (AMORIM; SANTOS; NOVAES, 2018).

Rizzatti *et al.* (2015), inferem que a expansão da educação superior brasileira está baseada em três momentos importantes: aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996; aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) – Lei nº 10.172/01; e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – Decreto nº 6.094/07.

Dados do Ministério da Educação demonstram que a expansão das universidades federais na primeira década do século XXI oportunizou o número de municípios brasileiros atendidos por essas IES, que passou de 114 (cento e quatorze), em 2003, para 237 (duzentos e trinta e sete), em 2011. A partir de 2003, observa-se a criação de programas de expansão do ensino superior, tais como: Programa Universidade para Todos (PROUNI); Sistema

Universidade Aberta do Brasil (UAB); e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), descritos na Tabela 6, a seguir:

**Tabela 6 – Programas de expansão do ensino superior**

PROGRAMA/LEI/ANO DE CRIAÇÃO	DESCRIÇÃO
<p><b>PROUNI</b> - institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.</p>	<p><b>Definição</b> - É uma política de financiamento universitário, por meio de programas de crédito educativo, em instituições privadas de ensino que possibilita expressivo acesso de estudantes da classe popular às faculdades no Brasil.</p> <p><b>Objetivo (s)</b> - Conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privada.</p>
<p><b>SISTEMA UAB</b> - instituído pelo Decreto Federal Nº 5.800, de 8 de junho de 2006.</p>	<p><b>Definição</b> - Programa voltado para desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.</p> <p><b>Objetivo (s):</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;</li> <li>II. oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;</li> <li>III. oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;</li> <li>IV. ampliar o acesso à educação superior pública;</li> <li>V. reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;</li> <li>VI. estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e</li> <li><b>VII.</b> fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.</li> </ol>
<p><b>REUNI</b> - instituído pelo Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007.</p>	<p><b>Definição</b> - É uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social.</p> <p><b>Objetivo (s)</b> - Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.</p>

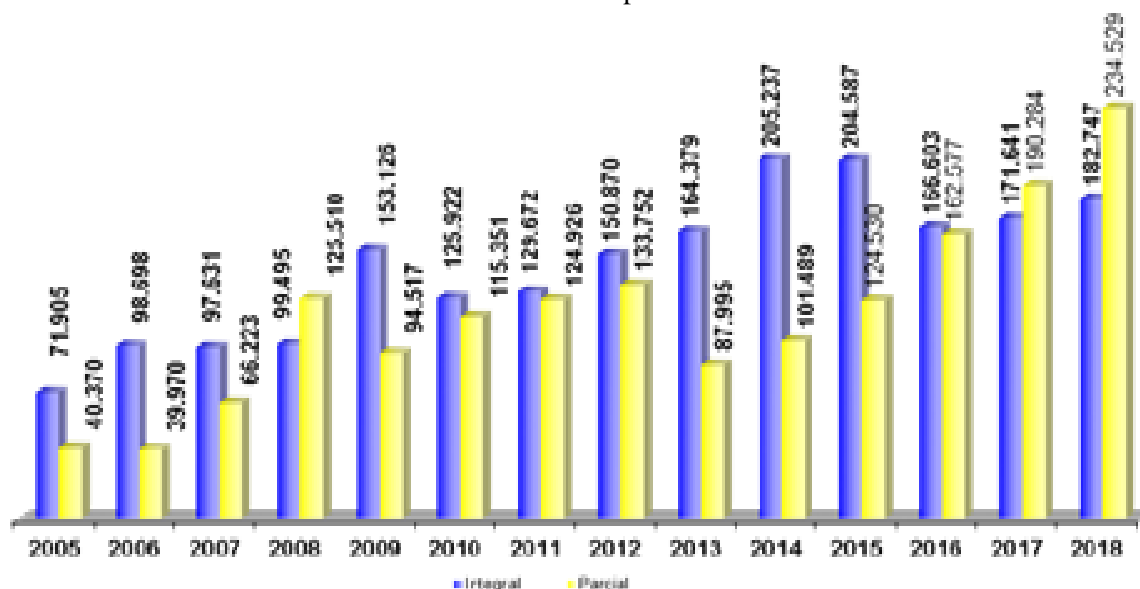
Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pelo MEC (2019).



O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado com a finalidade de incentivar e possibilitar a brasileiros de baixa renda, egressos da rede pública do ensino médio ou de bolsistas integrais das escolas privadas, o acesso ao ensino superior (SARAIVA; NUNES, 2011; MENDONÇA *et al.*, 2015). A criação do PROUNI foi a primeira medida desenvolvida pelo governo brasileiro para tentar alcançar a meta prevista no PNE (2001) e aumentar significativamente o acesso ao ensino superior, uma vez que as IES públicas não conseguiam atender a demanda, e grande parte dos estudantes que concluíam o ensino médio não tinham condições de custear cursos em IES privadas (MENDONÇA *et al.*, 2015).

Destarte, desde a criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, o PROUNI já atendeu a mais de 2,47 (dois vírgula quarenta e sete) milhões de estudantes, sendo 69% (sessenta e nove por cento) com bolsas integrais. No primeiro semestre de 2019 foram ofertadas 244.186 (duzentas e quarenta e quatro mil e cento e oitenta e seis) bolsas, sendo 116.934 (cento e dezesseis mil e novecentos e trinta e quatro) bolsas integrais e 127.252 (cento e vinte e sete mil e duzentos e cinquenta e duas) bolsas parciais (BRASIL, 2019). O Gráfico 3 demonstra a quantidade de bolsas ofertadas por ano entre 2005 a 2018.

**Gráfico 3** - Número de bolsas ofertadas por ano no PROUNI – 2005/2018



Fonte: Sisprouni, 2018.

Os dados do Gráfico 3, demonstram um aumento expressivo do número de bolsas ofertadas pelo PROUNI ao longo do tempo, com isso, mais recursos foram destinados para a expansão da educação superior via instituições privadas, e o PROUNI tornou-se uma

transferência indireta de recursos públicos para o setor privado. Destarte, o governo investe de forma lenta na expansão via IES públicas para investir em IES privadas.

Saraiva e Nunes (2011) analisaram a efetividade do PROUNI a partir da ótica de seus beneficiários. Ele entrevistou onze estudantes de uma instituição de ensino superior privada de forma individual e em profundidade sobre o programa. Os achados principais sugerem que o PROUNI cumpre seus objetivos por proporcionar o acesso à educação superior de segmentos sociais desfavorecidos do ponto de vista socioeconômico. Os autores destacam que estar em um curso superior possibilita melhores oportunidades profissionais, o que reflete sobre a autoestima e as expectativas dos bolsistas, que veem seu futuro de forma positiva. No entanto, há críticas consideráveis quanto ao programa, o que aponta a necessidade de ajustes por parte dos formuladores de políticas públicas educacionais.

É importante salientar que o PROUNI, juntamente com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), constituem fortes indutores do acelerado crescimento do ensino privado em IES, pois conforme demonstram os dados do INEP, em 2018 as IES privadas tinham uma participação de 75,4% (setenta e cinco vírgula quatro por cento), 6.373.274 (seis milhões, trezentos e setenta e três mil e duzentos e setenta e quatro) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participava com 24,6% (vinte e quatro vírgula seis por cento), 2.077.481 (dois milhões, setenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e um). Em relação a 2017, o número de matrículas na rede pública é 1,6% (um vírgula seis por cento) maior, enquanto a rede privada no mesmo período registrou um crescimento de 2,1% (dois vírgula um por cento). Já quando se comparam os anos de 2008 e 2018, observa-se um aumento no número de matrículas de 49,8% (quarenta e nove vírgula oito por cento) na rede privada e de 33,8% (trinta e três vírgula oito por cento) na rede pública (MEC/INEP, 2019).

Outro marco importante para o ensino superior brasileiro foi a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006. A UAB surge como política pública de expansão do acesso ao ensino superior, com o intuito de oferecer cursos para camadas da população que têm dificuldades de acesso à formação universitária, por questões de longas distâncias e falta de condições financeiras, através da modalidade da Educação a Distância (EAD) (BRASIL, 2019).

Desse modo, a UAB, além de funcionar como um instrumento eficaz para a expansão do acesso ao ensino superior, evita o fluxo migratório para os grandes centros urbanos (BRASIL, 2019). Neste sentido, Guerra (2016) salienta que essa modalidade de ensino possibilita maior democratização e interiorização da educação superior. Corroborando, Santos

(2011) afirma que uma das facetas mais acentuadas da UAB é a possibilidade de interiorizar o ensino público, pois dentre seus objetivos prioritários, destacam-se a formação de professores da educação básica através da oferta de cursos de licenciatura e de formação inicial, além da capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica, com a oferta de cursos superiores, como destacado na Tabela 6 acima.

O sistema UAB é constituído por parcerias entre consórcios públicos nos três entes federativos (União, estados e municípios), com participação de universidades públicas e demais organizações interessadas.

O apoio pedagógico aos alunos acontece através dos Polos de Apoio Presencial. Melo, Melo e Nunes (2009) destacam que os Polos são importantes, pois servem como referencial para os alunos da instituição onde estão matriculados. Esses Polos são mantidos pelos entes federativos (municípios e/ou estados), que oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica, ou seja, dão o suporte necessário para que os alunos possam acompanhar os cursos. Os Polos localizam-se, preferencialmente, em municípios que tenham entre 20 (vinte) e 50 (cinquenta) mil habitantes e não possuam universidades públicas (BRASIL, 2019).

O sistema UAB<sup>11</sup>, atualmente, em âmbito nacional, conta 109 (cento e nove) Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), ofertando 800 (oitocentos) cursos em 771 (setecentos e setenta e um) polos. A UAB é uma das políticas educacionais adotadas no processo de expansão e interiorização do ensino superior no Piauí, que será discutido mais adiante.

Não se pode negar a contribuição do Sistema UAB para a democratização do acesso ao ensino superior, principalmente para aqueles que se encontram distantes dos grandes centros universitários. No entanto, mesmo apresentando desempenho quantitativo expressivo, é necessário analisar a qualidade dos cursos ofertados pela UAB, tendo em vista que essa modalidade de ensino apresenta alguns problemas que precisam ser elucidados.

Cabe questionar em que medida essa política de expansão e interiorização do ensino está sendo implementada dentro dos padrões mínimos de qualidade e se de fato atende as necessidades da demanda.

Dentre os problemas enfrentados pelo sistema UAB, destaca-se a ausência de infraestrutura adequada tais como, instalações físicas necessárias para atender aos alunos, *internet* de qualidade, biblioteca, laboratórios, dentre outros. Além disso, outro problema é a

---

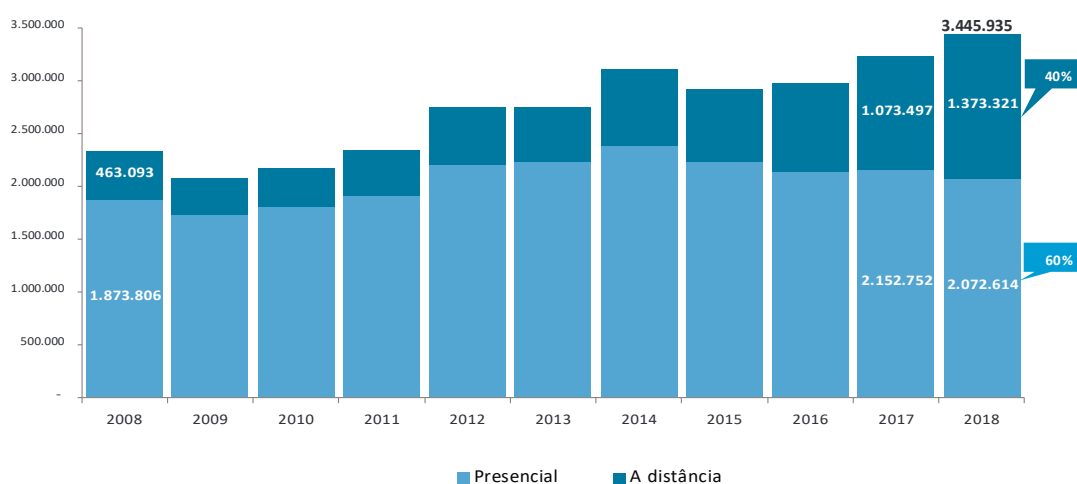
<sup>11</sup> Dados atualizados em jan/2018. Informação obtida no *site* oficial da CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia>. Acesso em: 20 mar.2019.

evasão que aflige não somente o sistema UAB, mas as instituições de ensino em geral. As perdas de estudantes que iniciam e não terminam seus cursos acarreta desperdícios acadêmicos econômicos e sociais.

Entre 2008 e 2018, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 182,5% (cento e oitenta e dois vírgula cinco por cento), enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 25,9% (vinte e cinco vírgula nove por cento) nesse mesmo período. O número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo mais de 2 (dois) milhões em 2018, o que já representa uma participação de 24,3% (vinte e quatro vírgula três por cento) do total de matrículas de graduação (MEC/INEP, 2019).

O gráfico abaixo ilustra o crescimento exponencial do número de ingressantes em cursos de graduação a distância entre 2008 e 2018.

**Gráfico 4 - Número de ingressantes em cursos de graduação por modalidade de ensino – Brasil – 2008/2018**



Fonte: INEP, 2019.

O Gráfico 4 demonstra que entre 2008 e 2018 o número de ingressantes variou positivamente 10,6% (dez vírgula seis por cento) nos cursos de graduação presencial e triplicou, 196,6% (cento e noventa e seis vírgula seis por cento) nos cursos a distância. Enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2008 era de 19,8% (dezenove vírgula oito por cento), essa participação em 2018 foi para quase 40% (quarenta por cento).

O Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010), elaborado em 2001, fixava metas que exigiam um aumento considerável dos investimentos nessa área, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis da educação superior.

Assim, o governo federal lançou em 24 de abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que previa várias ações que objetivavam identificar e solucionar os problemas que afetavam diretamente a Educação brasileira. Dentre essas ações, no âmbito do ensino superior, encontrava-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como finalidade principal ampliar o acesso e permanência na educação superior (BRASIL, 2019).

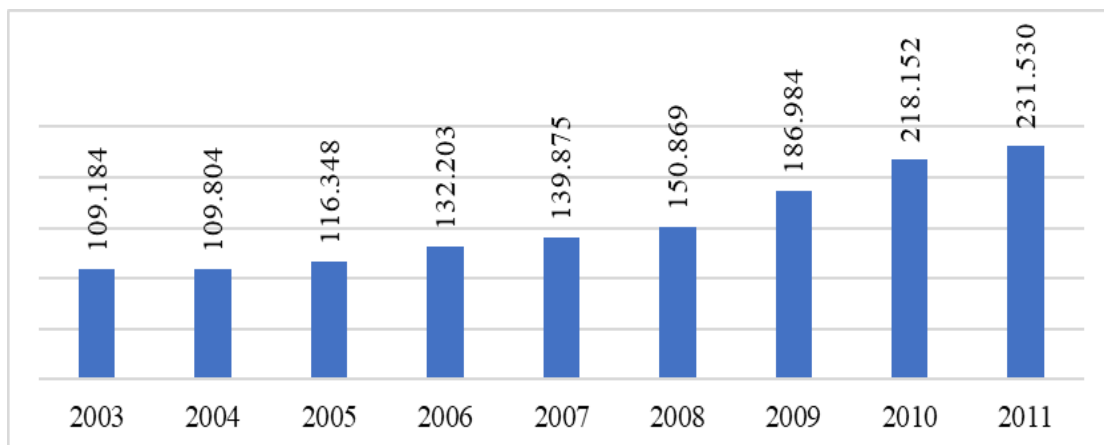
É importante destacar que, de acordo com o MEC (2012), o REUNI resulta da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal.

De acordo com o Decreto que institui o REUNI, o Governo Federal estabeleceu como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, uma série de medidas foram adotadas para retomar o crescimento do ensino superior público, dentre elas o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação de oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, cuja finalidade seria diminuir as desigualdades sociais no país.

Os dados quantitativos do REUNI, reunidos no documento elaborado pelo MEC e intitulado “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012”, demonstram que houve um incremento de recursos financeiros e expansão de cursos e ampliação da estrutura física, o que resultou no aumento do número de universidades e *campi*, como comprovam os resultados apresentados pelo MEC. Como resultado da expansão, foram criadas dez novas universidades, totalizando 63 (sessenta e três) IFES, consolidados e implantados 115 (cento e quinze) *campi* universitários, com a expansão de cursos, 53% (cinquenta e três por cento), vagas, 70% (setenta por cento) e matrículas, 66% (sessenta e seis por cento), até 2012.

O gráfico abaixo demonstra a evolução de vagas ofertadas (graduação presencial) nas universidades federais no período de 2003 a 2011.

**Gráfico 5** - Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003/2011.

Fonte: MEC, 2012

O Gráfico 5 demonstra um crescimento de aproximadamente 111% (cento e onze por cento) na oferta de vagas nos cursos de graduação presencial nas Ifes no período de 2003-2011. Evidencia-se o crescimento de aproximadamente 30 (trinta) mil vagas no período compreendido entre 2003 e 2007, porém o crescimento exponencial da expansão das vagas nos cursos de graduação presencial nas IFES aconteceu de 2007 até 2011, período de concepção e implementação do REUNI.

Diante do exposto neste capítulo, percebe-se que o ensino superior brasileiro se caracterizava, inicialmente, pela formação profissionalizante, sem associação entre teoria e prática e sem enfoque na pesquisa, visando atender aos interesses da elite, permanecendo assim durante todo o período colonial e imperial. Além disso, a educação era elitista e excludente, pois poucos tinham acesso ao ensino. Com a primeira Carta Magna Republicana (1891), foram feitas mudanças no contexto educacional, mantendo o ensino superior como atribuição do Poder Central, que permitiu o surgimento de universidades estaduais e a criação de instituições de ensino superior privadas. No entanto, somente a partir da década de 1960, com a Reforma Universitária de 1968, aprovada por meio da Lei nº 5.540/68, surgiram mudanças significativas na política educacional do ensino superior, destacando-se o estabelecimento da autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades. A década de 1970 foi marcada pela expansão do ensino superior em consequência da urbanização, do avanço do capitalismo e da necessidade de profissionais qualificados. Como vimos, no final da década de 1990, surge um novo movimento de expansão e interiorização do ensino superior visando atender a cobranças advindas da população e as exigências do mercado por mão de obra qualificada. A concretização desse

movimento ocorre a partir de 2003, através da criação de programas de expansão do ensino superior, tais como: PROUNI, UAB e REUNI, como foi demonstrado acima.

### **3 O ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE: origem, expansão e interiorização**

Este capítulo apresenta as origens e a expansão do ensino superior no Estado do Piauí e enfatiza as políticas públicas do governo estadual destinadas a este nível de ensino. O foco deste estudo, não custa lembrar, volta-se ao processo de interiorização do ensino superior através da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da implementação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Daí a necessidade de contextualizar o ensino superior no Estado.

#### **3.1 Aspectos socioeconômicos do Estado do Piauí**

O Estado do Piauí localiza-se na Região Nordeste do Brasil e possui uma área geográfica de 251.616,823 km<sup>2</sup>. Ocupa a décima primeira posição em área territorial, está subdividido em 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, organizado geograficamente em 04 (quatro) Mesorregiões e 15 (quinze) Microrregiões. Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte (IBGE, 2010). O território piauiense constitui-se numa área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de vegetação tipo cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes (UFPI, 2015). O Piauí apresenta o décimo oitavo contingente populacional dentre os estados brasileiros, com população de estimada de 3.273.227 (três milhões, duzentos e setenta e três mil e duzentos e vinte e sete) (IBGE, 2019).

Em relação aos dados econômicos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2014 correspondia a 0,66 (zero vírgula sessenta e seis). Esse valor estava abaixo da média para a região Nordeste, e apenas três estados tinham um IDH mais baixo que o Piauí, Sergipe, Pará e Alagoas (CEPRO, 2019).

#### **3.2 As origens do ensino superior no Piauí**

O ensino superior no Estado do Piauí remonta a década de 1930, com a fundação da Faculdade de Direito do Piauí, em 25 de março de 1931, instalada na cidade de Teresina, capital do Estado. A criação desta instituição resultou de diversos movimentos e articulação política, atendendo ao desejo da elite intelectual do Estado (MELO, 2006a; NOGUEIRA, 2006; FERREIRA; LOPES, 2013).



A primeira instituição de ensino superior piauiense nasce para atender aos anseios de uma elite econômica e política do Estado, sob a influência de juristas formados pela Faculdade de Direito do Recife (MELO, 2006a). O autor destaca que a escolha aconteceu “tanto pelo status social que ele alcançava na comunidade política e entre os intelectuais da época, como pelo número de profissionais com formação na área no Piauí” (MELO, 2006b, p. 91). Desse modo, a Faculdade de Direito era composta em sua maioria por magistrados, funcionários públicos e profissionais liberais.

No entanto, “devido às grandes dificuldades encontradas pelos mantenedores da Faculdade de Direito” (NOGUEIRA, 2006, p. 58), a responsabilidade pela sua manutenção foi transferida para o Governo estadual. Destarte, através do Decreto nº. 1.471 de 16 de agosto de 1932, passando a ser considerada como estabelecimento de ensino superior do Estado, que se responsabiliza pelo seu custeio e manutenção. A autora ressalta que, as mudanças políticas advindas do Estado Novo (1937 – 1945) provocaram alterações no ensino em todo país, refletindo diretamente na Faculdade de Direito do Piauí, “pois o governo ditatorial, em um de seus primeiros atos, realizou a desoficialização da Faculdade de Direito pelo Decreto nº. 30, de 08/02/38”. A autora ainda assegura que os docentes “assumiram a responsabilidade e decidiram manter a Faculdade de Direito como estabelecimento particular de ensino superior, com o apoio do Governo estadual da época” (NOGUEIRA, 2006, p. 58). Corroborando nesse sentido, Melo (2006a, p. 5) salienta que “mesmo com o reconhecimento da desoficialização que só ocorreu em 9 de janeiro de 1945, ela ainda recebia assistência financeira do Governo do Estado do Piauí”.

A Faculdade de Direito do Piauí, “por muitos anos constitui-se na única alternativa para a formação superior da juventude piauiense (NOGUEIRA, 2006, p. 58 *apud* BRITO, 1996, p. 85), pois quem almeja outra formação profissional tinha que se dirigir para outros Estados, de forma que somente aquelas pessoas que possuíam alto poder aquisitivo podiam sair, pois o custo era bastante elevado.

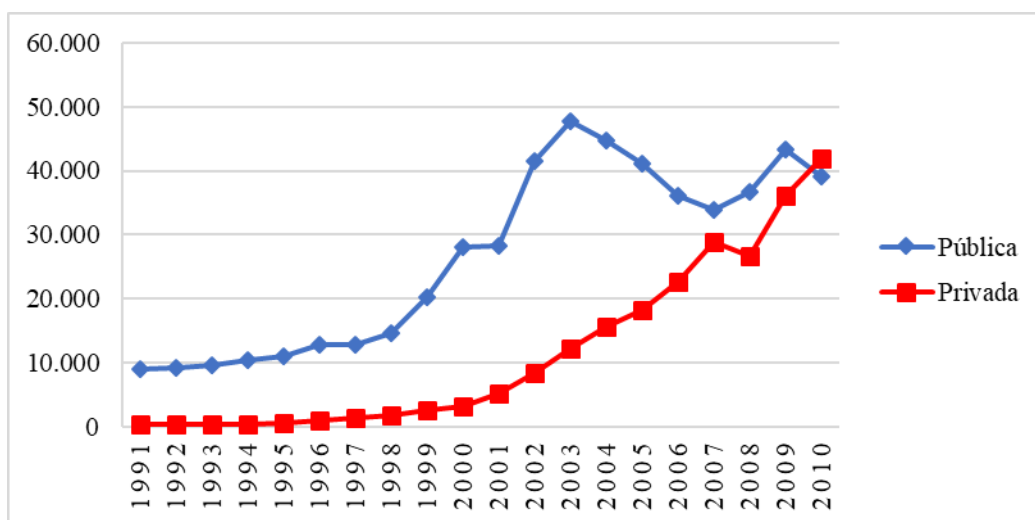
Em 1957, nasce a Faculdade Católica de Filosofia, por meio da Sociedade Piauiense de Cultura, criada sob a liderança de Dom Avelar Vilela. A Faculdade Católica de Filosofia ofertava “cursos de Filosofia, curso central, seguindo o perfil das demais criadas no Brasil. Geografia e História que eram ligados e Letras Neolatinas, passando mais tarde na sua trajetória a criar os cursos de aperfeiçoamentos em Matemática e Física na década de 60”, e isso mudou o quadro educacional do Estado, que até então oferecia apenas cursos jurídicos (MELO, 2006a, p. 7). O autor salienta ainda que assim como a Faculdade de Direito, a

Faculdade Católica de Filosofia contou constantemente com ajuda financeira do Estado, uma vez que as mensalidades dos cursos eram insuficientes para custear as despesas.

Nesse sentido, outras faculdades foram implantadas no Piauí, após a Faculdade Católica de Filosofia, como a Faculdade de Odontologia criada em 1960, a de Medicina fundada em 1966, e, por último, a de Administração criada em 1968 na cidade de Parnaíba (MELO, 2004; NOGUEIRA, 2006). Nogueira (2006, p. 59) assegura que “essas unidades isoladas de ensino superior reúnem-se possibilitando a instituição da Universidade Federal do Piauí<sup>12</sup>”.

O Estado do Piauí vivenciou um amplo movimento expansionista no ensino superior a partir da década de 1990 (Gráfico 6), que se caracterizou, em parte, pela consolidação da UESPI, da UFPI e, principalmente pelo aumento de instituições privadas.

**Gráfico 6 -** Evolução das matrículas nas IES públicas e privadas (graduação presencial) - Piauí – 1991/2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2019).

<sup>12</sup> A Universidade Federal do Piauí (UFPI) com sede em Teresina, capital do Estado, é uma IES de natureza federal, de estrutura *multicampi*, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída sob a forma de Fundação, através da Lei Federal nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, e regulamentada posteriormente pelo Decreto-Lei Federal nº 656, de 27 de junho de 1969 (UFPI, 2015). Ressalta-se que, a UFPI originou-se da junção das faculdades e cursos que existiam na época: Direito, Filosofia, Bacharelados em Geografia, História e Letras, Odontologia, Medicina, Administração e Licenciatura em Letras e Matemática, a exemplo do que aconteceu com a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, que resultou da aglutinação de três escolas tradicionais: Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito (NOGUEIRA, 2006). A partir de 2006, a UFPI credencia-se para o ensino a distância e cria o Centro de Educação a Distância (CEAD), dando início aos cursos graduação a distância.

O Gráfico 6 demonstra que a expansão das matrículas nas IES privada no Piauí manteve-se praticamente estagnada no período de 1991 a 1997. Observa-se uma forte expansão das matrículas de 1998 a 2010, sendo que em 2010 as matrículas nas IES privada ultrapassaram as matrículas das IES públicas. Já a expansão das matrículas das IES públicas no Piauí aconteceu de 1998 a 2003, com a criação de cursos em período especial e novos *campi* pela UESPI. Entre 1999 a 2008 as matrículas da rede estadual no Piauí ultrapassaram a rede federal.

**Tabela 7 – Evolução do número de matrículas no ensino superior (presencial) por Categoria Administrativa – Piauí– 1991/2010**

Ano	Total Geral	Pública			Privada
		Total	Federal	Estadual	Total
1991	9.345	8.971	7.848	1.123	374
1992	9.559	9.220	7.639	1.581	339
1993	9.906	9.522	7.806	1.716	384
1994	10.749	10.379	7.991	2.388	370
1995	11.388	10.888	8.177	2.177	500
1996	13.173	12.730	8.056	4.674	1.013
1997	14.143	12.864	8.226	4.638	1.279
1998	16.374	14.614	8.916	5.698	1.760
1999	22.782	20.221	9.200	11.021	2.518
2000	31.117	27.970	10.299	17.671	3.147
2001	33.455	28.351	11.535	16.816	5.104
2002	49.814	41.451	13.199	28.252	8.363
2003	59.900	47.724	15.072	32.652	12.176
2004	60.365	44.769	14.985	29.784	15.596
2005	59.285	41.091	15.412	25.679	18.194
2006	58.730	36.043	15.412	21.690	22.687
2007	62.734	33.866	16.047	17.819	28.868
2008	69.201	36.770	17.461	19.309	32.431
2009	79.479	43.393	26.025	17.368	36.086
2010	81.013	39.090	22.279	16.811	41.923

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2019).

Os dados da Tabela 7 demonstram que a rede federal teve uma expansão significativa do número de matrículas em cursos de graduação presencial ao longo dos anos de 1991 a

2010, passando de 7.848 (sete mil oitocentas e quarenta e oito) matrículas em 1991 para 23.592 (vinte e três mil e quinhentos e noventa e duas) em 2010, um acréscimo de 142,7% (cento e quarenta e dois vírgula sete por cento). A partir de 2009, as matrículas da rede federal ultrapassaram a rede estadual, esse crescimento foi impulsionado pelo programa REUNI, que possibilitou o processo de expansão e interiorização da UFPI.

No período de 2011 a 2018 o crescimento das matrículas presenciais na educação superior no estado do Piauí foi de 23,3% (vinte três vírgula três por cento), nesse período, conforme demonstra a Tabela 8 as matrículas na rede privada cresceram 35,9% (trinta e cinco vírgula nove por cento); já a rede pública aumentou 9,0% (nove por cento) nas matrículas. Entre 2016 e 2017, o número total de matrículas em cursos presenciais apresentou crescimento de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), (100,3 mil para 102,8 mil). As matrículas nas IES privadas também registraram aumento de 6,6% (seis vírgula seis por cento), de 57,1 mil em 2016 para 60,8 mil em 2017). Já as IES públicas, ao contrário, apresentaram queda de 3,0% nas matrículas (43,2 mil em 2016 para 41,9 mil em 2017) (SIMESP, 2019).

**Tabela 8 – Evolução do número de matrículas no ensino superior (presencial) por Categoria Administrativa – Piauí – 2011/2018**

Ano	Total geral	Pública			Privada Total
		Total	Federal	Estadual	
<b>2011</b>	83.489	38.737	25713	13.024	44.752
<b>2012</b>	88.384	41.682	28004	13.678	46.702
<b>2013</b>	93.041	40.367	25407	14.960	52.674
<b>2014</b>	95.962	42.623	26503	16.120	53.339
<b>2015</b>	97.724	44.145	26713	17.432	53.579
<b>2016</b>	100.272	43.187	27533	15.654	57.085
<b>2017</b>	102.751	41.902	27885	14.017	60.849
<b>2018</b>	102.856	42.310	28717	13.593	60.546

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados extraídos das sinopses estatísticas do MEC/INEP/DEED (2011/2018)

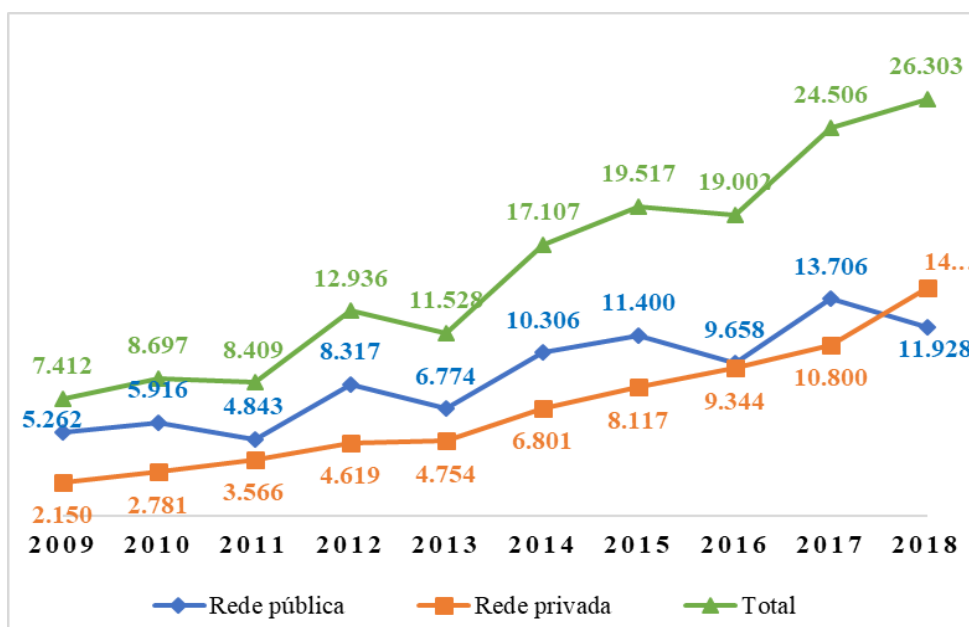
Em 2018, o estado computou um aumento de apenas 0,1% (zero vírgula um por cento) nas matrículas presenciais, que passaram de 102,8 mil para 102,9 mil. Na rede privada, houve perda de 2017 para 2018 de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) (de 60,8 mil para 60,5 mil). Já a rede pública, um crescimento de 0,9% (zero vírgula nove por cento) de matrículas

presenciais, de 41,9% (quarenta e um vírgula nove por cento) para 42,3% (quarenta e dois vírgula três por cento) (MEC/INEP, 2019).

Portanto, a oferta do ensino superior em instituições privadas continua elevado em contraposição ao de natureza pública. Essa elevação resulta da implementação de políticas públicas de acesso ao ensino superior através de programas de financiamento como o PROUNI e o FIES.

O ensino superior na modalidade EAD, no estado do Piauí cresceu nos últimos anos, principalmente a partir de 2012 (Gráfico 7). Esse crescimento se deve em grande parte à criação de novos polos da UAB, tanto pela UFPI como pela UESPI em parceria com o governo estadual.

**Gráfico 7** - Evolução das matrículas nas IES públicas e privadas EAD (graduação a distância)  
– Piauí – 2009/2018



Fonte: MEC/INEP/DEED, 2019 – Elaborado pela autora

As matrículas em cursos a distância no estado do Piauí registraram de 2009 a 2019 um crescimento de 254,8% (duzentos e cinquenta e quatro vírgula oito por cento), sendo um aumento de 568,6% (quinhentos e sessenta e oito vírgula seis por cento) na rede privada e de 126,6% (cento e vinte e seis vírgula seis por cento) na rede pública. Em 2018, as IES públicas registraram 11,9 mil matrículas (contra 13,7 mil em 2017), portanto, houve um decréscimo de 12,9% (doze vírgula nove por cento) em relação a 2017. Na rede privada, o crescimento de 2017 para 2018 foi de 33,1% (trinta e três vírgula um por cento), de 10,8 mil para 14,3 mil matrículas. Assim, os dados apresentados permitem inferir que o ensino superior a distância,

no Piauí, vem seguindo o mesmo caminho do ensino presencial, ou seja, predomínio do setor privado.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2018, divulgados pelo Inep, demonstram que o Piauí possui um total de 45 (quarenta e cinco) instituições de ensino superior, entre Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), sendo 3 (três) da rede pública, 6,7% (seis vírgula sete por cento) e 42 (quarenta e duas) IES da rede privada, 93,3% (noventa e três vírgula três por cento). Das IES públicas, 2 (duas) são da rede federal, 66,6% (sessenta e seis vírgula seis por cento) e 1 (uma) da rede estadual, 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento).

**Tabela 9 – Número de IES no Piauí por organização acadêmica em 2018**

<b>Organização acadêmica</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
Universidades	2	-
Centros Universitários	-	2
Faculdades	-	40
IF e CEFET	1	n.a*.
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>42</b>

Fonte: INEP, 2019 – Elaborada pela autora.

Nota: \*Não se aplica.

Os dados apresentados revelam que o estado do Piauí vivenciou um processo de expansão acelerada (instituições, matrículas, cursos e vagas), especialmente pós-LDB/1996, tendo por base o processo de diversificação e privatização da oferta, mostrando os efeitos das políticas de educação superior implementadas nos últimos anos.

### **3.3 Universidade Estadual do Piauí: Fundação, Expansão e Interiorização**

A Universidade Estadual do Piauí (UESPI) funciona como Instituição de Ensino Superior desde 1985, criada inicialmente como Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP, durante nove anos permaneceu na condição de Instituição autorizada a formar recursos humanos em nível superior e, em 1993, através de Decreto Federal nº 042/1991, a UESPI passou à condição de Universidade. Sediada na cidade de Teresina – Piauí, com a denominação de Campus Pirajá, funcionando na modalidade *multicampi*, desde a sua

institucionalização. Mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, que sucedeu a antiga Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Piauí – FADEP. Neste período, foram também instalados os *Campi* de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos (PIAUI, 2015). Segundo Nogueira (2006), o primeiro vestibular da UESPI ocorreu a partir da Resolução - CSEPE N° 03/93, de 16 de abril de 1993, que aprova o Edital n°. 01/93 do concurso vestibular 93/2. A autora salienta que o edital autorizava concursos na cidade de Corrente (PI), para os Cursos de Engenharia Agrônômica e Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para Magistério das matérias pedagógicas do 2° Grau, e para os Cursos de Licenciatura de 1° Grau nas áreas de Ciências e Letras.

A partir de então, a UESPI passou por ajustamento, com um processo contínuo de interiorização e de ampliação dos cursos ofertados. Em 1° de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto da Universidade, criando a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI. Nessa mesma ocasião, passou a funcionar o Campus do município de São Raimundo Nonato, localizado no sul do estado, que faz parte do Parque Nacional Serra da Capivara<sup>13</sup>, um parque que envolve ao todo quatro municípios, sendo protegido pela UNESCO e que tem 129.140 (cento e vinte e nove mil e cento e quarenta) hectares e um perímetro de 214 (duzentos e quatorze) quilômetros, um dos maiores da Região Nordeste.

O processo de interiorização da UESPI inicia-se com a criação de Campus permanentes nos anos seguintes à aprovação do Estatuto, como os *Campi* de: Bom Jesus (Decreto-Estadual n° 10.252 de 17/02/2000), Oeiras (Decreto Estadual n° 10.239 de 24/01/2000), Piripiri (Lei Estadual n° 5.500/2005 de 11/10/2005), Campo Maior (Lei Estadual n° 5.358/2003 de 11/12/2003), Uruçuí (Resolução CONDIR n° 005/2002) e o Campus da Região Sudeste de Teresina (Decreto n° 10.690 de 13/11/2001) – atualmente Campus “Clóvis Moura” (PIAUI, 2015).

Nogueira (2006) afirma que o então reitor da UESPI, Dr. Jônathas de Barros Nunes (1995 a 2001), com sua visão de expansão não deixa passar a oportunidade levantada pelas legislações e implementa a interiorização da UESPI, levando o ensino superior para os diversos locais do Estado. Assim, na gestão do Dr. Jônathas de Barros Nunes, no ano de 1999:

[...] segundo o Edital n°. 02/98 foram ofertadas 2.030 (duas mil e trinta) vagas, em período regular, nos campi de Teresina, Campo Maior, Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato; sendo 3.772 (três mil setecentos e setenta e duas) vagas oferecidas em período especial nos 22 campi dos municípios-pólo, entre eles, Corrente e Curimatá. Nesse momento, segundo o edital citado, são oferecidas

---

<sup>13</sup> Fonte: <https://www.saoraimundo.com/index.php/sao-raimundo-nonato>.

40 vagas para o curso de Medicina e 40 para o curso de Fisioterapia, ambos no campus de Teresina (NOGUEIRA, 2006, p. 89).

A expansão do ensino superior da UESPI ultrapassou fronteiras. Nogueira (2006, p. 89) afirma que os editais dos vestibulares da Universidade Estadual do Piauí mostram que:

[...] os anos de 2001 e 2002 foram o período que a expansão do ensino superior ultrapassou as fronteiras do Estado do Piauí, neste período a UESPI firmou convênios com prefeituras dos Estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Tudo isso com a finalidade de ofertar cursos de licenciaturas, em regime especial, para os docentes da rede de ensino municipal e estadual.

Feitosa (2006) afirma que até 2002 a UESPI contava com 18 (dezoito) *Campi*, dois deles em Teresina. Com 48 (quarenta e oito) núcleos: 25 (vinte e cinco) no Piauí, 17 (dezessete) no Maranhão e 5 (cinco) na Bahia, onde deveriam funcionar apenas cursos do Regime Especial. A cidade de Oeiras recebeu um campus da UESPI para oferta de ensino regular, através do decreto de nº 10.239, de 24 de janeiro de 2000. O prédio que hoje funciona a UESPI era a antiga Escola Normal “Presidente Castelo Branco”<sup>14</sup>.

A UESPI oferta atualmente 99 (noventa e nove) cursos de Graduação na modalidade presencial em 12 (doze) *Campi*<sup>15</sup>, 2 (dois) na capital e 10 (dez) no interior. Destes cursos, 54 (cinquenta e quatro) são Licenciaturas e 45 (quarenta e cinco) Bacharelados. Nesses cursos, a IES possui atualmente 12.318 (doze mil trezentas e dezoito) matrículas, contribuindo para a formação profissional de jovens inseridos em todos os 11 (onze) Territórios de Desenvolvimento do Piauí. Além dos *Campi*, a UESPI possui 35 (trinta e cinco) Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>16</sup>.

A UESPI atua nas seguintes áreas: Ciências da Saúde; Ciências da Natureza; Ciências Sociais e Aplicadas; Ciências Humanas e Letras; Tecnologia e Urbanismo; Ciências da

<sup>14</sup> Foi a instituição de ensino pioneira na formação de professores (Pedagógico/Magistério) da região de Oeiras. Inaugurada no dia 02 de março de 1956, sob as orientações da Diocese de Oeiras na responsabilidade da Congregação Religiosa das Filhas de Santa Teresa (CORTEZ, 2006).

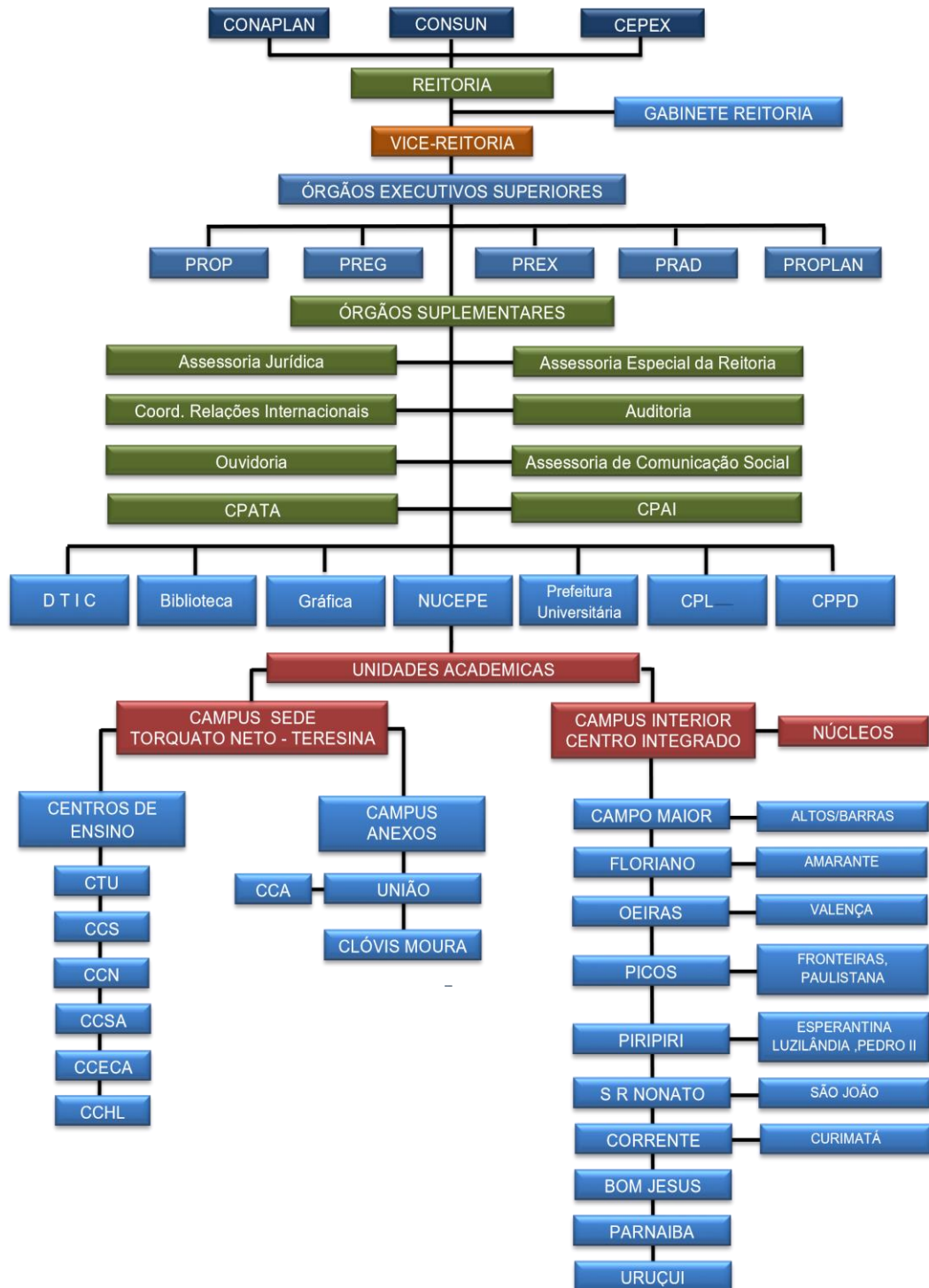
<sup>15</sup> Campus Poeta Torquato Neto – Teresina, Campus Clóvis Moura – Teresina, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba, Campus Prof. Antônio Giovanni Sousa – Piripiri, Campus Heróis do Jenipapo – Campo Maior, Campus Prof. Barros Araújo – Picos, Campus Possidônio Queiroz – Oeiras, Campus Dra. Josefina Demes – Floriano, Campus Prof. Ariston Dias Lima – São Raimundo Nonato, Campus Uruçuí – Uruçuí, Campus Dom José Vasquez – Bom Jesus, Campus Dep. Jesualdo Cavalcanti – Corrente.

<sup>16</sup> Água Branca, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Gilbués, Inhuma, Itainópolis, Jaicós, Luís Correia, Luzilândia, Marcos Parente, Monsenhor Gil, Oeiras, Paes Landim, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Regeneração, Santa Cruz do Piauí, São João do Piauí, Simões, Simplício Mendes, Teresina, União, Uruçuí, Valença.



Educação, Comunicação e Artes; Ciências Agrárias. A estrutura organizacional da UESPI apresenta-se no organograma abaixo:

**Figura 2 - Organograma da UESPI**



Fonte: PDI UESPI 2017-2021

No organograma da UESPI visualiza-se a sua estruturação em forma piramidal, composta por órgãos responsáveis pela dinâmica administrativa, financeira e didático-pedagógica e Unidades Acadêmicas.

No topo encontram-se os Conselhos Superiores e a Administração Superior, os primeiros são órgãos deliberativos, normativos e consultivos em matéria administrativa e didático-científica, cujas competências estão disciplinadas no Regimento Geral. Ao todo, quatro Conselhos regem a UESPI. São eles: Conselho Universitário (CONSUN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), Conselho Diretor (CONDIR), Conselho de Administração e Planejamento (CONAPLAN), e a segunda é composta pelos Órgãos Executivos Superiores da universidade.

### 3.3.1 *Ensino superior no território do Vale do Canindé*

Esta seção apresentará a caracterização, aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos do *loco* de pesquisa e o processo de implantação do ensino superior no território do Vale do Canindé.

O *locus* deste estudo é o Território do Vale do Canindé, situado na macrorregião do Semiárido piauiense, com o total de 17 municípios<sup>17</sup>, distribuídos em dois Aglomerados (AG16 e AG 17), possui uma área total de 13.953,06 Km<sup>2</sup>. As atividades produtivas predominantes no Território são a criação de pequenos animais e a agricultura de sequeiro, praticadas familiarmente para a subsistência. Outra atividade que se destaca no contexto do Território é a produção artesanal, com ênfase no artesanato de cerâmica desenvolvido principalmente no município de São João da Varjota, o qual é apoiado pelo Programa Nacional de Artesanato Solidário.

---

<sup>17</sup> Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaias Coelho, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São João da Varjota, Simplício Mendes, Tanque do Piauí e Wall Ferraz.

**Figura 3** - Território do Vale do Canindé.



Fonte: CEPRO, 2016.

A escolha desse *locus* de estudo justificou-se pela sua importância histórica para o Estado do Piauí, pois onde o mesmo se localiza encontra-se a cidade de Oeiras, a primeira capital do Piauí, considerada o núcleo populacional mais antigo do Estado e berço da história e colonização do Estado. A cidade foi construída há mais de três séculos, designada capital da província do Piauí em 1758, permanecendo como centro das decisões políticas até 1852, quando então a sede do governo foi transferida para Teresina. Além de Oeiras, os municípios de Simplício Mendes, Campinas do Piauí e Concelção do Canindé também têm suas origens datadas dos séculos XVIII e XIX.

A cidade de Oeiras foi também a primeira vila a ser implantada em território do Piauí, nomeada de Vila da Mocha. Em 1761, a Vila da Mocha foi elevada à categoria de cidade pelo seu primeiro governador, João pereira Caldas, em cumprimento da Carta Régia de 19 de junho de 1761<sup>18</sup>, recebeu o nome de Oeiras em homenagem ao Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, poderoso ministro da corte portuguesa do Rei D. José.

Oeiras guarda um patrimônio histórico dos mais valiosos, com seus casarões coloniais e monumentos dos séculos XVIII e XIX. Foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2012, como patrimônio cultural nacional, e assim reconhecida a sua importância cultural no cenário piauiense e brasileiro. Constituída ao redor de uma igreja, a cidade preserva fortes traços e tradições católicas, com grandes manifestações religiosas.

Desse modo, o Território Vale do Rio Canindé é considerado o berço do processo histórico da população piauiense, pois muitos dos fatos históricos do Piauí partiram deste Território. Além disso, a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO, em análise e estudo dos últimos dados do IBGE (2010) sobre o comportamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios piauiense, destacou que neste território encontra-se um dos seis municípios<sup>19</sup> com o nível muito baixo de desenvolvimento humano (CEPRO, 2018).

De acordo com a Fundação CEPRO, a população total do Território do Vale do Canindé, segundo informações do IBGE 2000, é de 123.537 (cento e vinte e três mil e quinhentos e trinta e sete) habitantes, predominando a população rural, com 54,9% (cinquenta e quatro vírgula nove por cento), num total de 67.875 (sessenta e sete mil e oitocentos e setenta e cinco) habitantes, contra 55.662 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e dois) na zona urbana.

No território do Vale do Canindé existe um Campus da Universidade Estadual do Piauí que oferta ensino superior na modalidade presencial desde o ano 2001 e um Campus do Instituto Federal do Piauí que passou a ofertar ensino superior a partir de 2017, ambos na cidade de Oeiras, e não há nenhuma faculdade particular, apenas cursos superiores particulares ofertados por Instituições com sede em outras cidades e estados. Além disso, são ofertados cursos de ensino superior na modalidade a distância, com turmas concluídas, ofertados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) em alguns municípios que

---

<sup>18</sup> COSTA, Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**: desde seus tempos primitivos até a proclamação da república. Artenova. Rio de Janeiro: 1974, p. 143

<sup>19</sup> Município de São Francisco de Assis do Piauí (CEPRO, 2018).

fazem parte do território do Vale do Canindé<sup>20</sup>. Assim, esta pesquisa foi desenvolvida no referido território, analisando as atividades da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus “Professor Possidônio Queiroz”, situado na cidade de Oeiras, bem como dos Polos de ensino a distância dos municípios citados anteriormente. Tal escolha levou em conta o fato da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus “Professor Possidônio Queiroz”, bem como os Polos de ensino a distância, ser fruto da mais recente política de expansão e interiorização do ensino superior no Piauí, sobretudo como agente propulsor do desenvolvimento da região do Vale do Canindé. A interiorização das Universidades públicas é um processo imperfeito, mas é importante para o desenvolvimento urbano regional, pois elas contribuem para a qualificação do trabalho, promovendo melhorias nos aspectos econômicos, sociais e espaciais. Significa aproximar tais cidades ou regiões do conhecimento (BRITO, 2014 *apud* JESUS, 2016).

Neste capítulo, como se percebe, analisou-se a implantação do ensino superior no Piauí, que ocorreu de forma semelhante a outros estados brasileiros, com a instalação da Faculdade de Direito do Piauí na década de 1930, para atender aos anseios da elite intelectual, econômica e política piauiense. A partir de então, surgem outras faculdades como a Faculdade Católica de Filosofia, de Odontologia, de Medicina, de Administração, que deram origem a Universidade Federal do Piauí. Somente na década de 1980, cria-se uma Instituição de Ensino Superior administrada pelo governo estadual, passando a adquirir o *status* de Universidade Estadual do Piauí em 1993, através de Decreto Federal Nº 042/1991, dando início ao processo de expansão e interiorização desse nível de ensino no Estado. A implantação do ensino superior no território do Vale do Canindé só teve início no ano 2000, com a criação do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”.

---

<sup>20</sup> Oeiras e Simplício Mendes. Informação disponível em: <https://nead.uespi.br/index.php#pol-page>. Acesso em: 30 mai.2018. E em CEAD. Disponível em: <http://cead.ufpi.br/>. Acesso em: 30 mai.2018.

## **4 ENSINO SUPERIOR NO TERRITÓRIO DO VALE DO CANINDÉ: origem, expansão, resultados e percepções**

Este capítulo apresenta a evolução na oferta de vagas, dos cursos do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”, nos polos de apoio presencial da UAB (Oeiras e Simplício Mendes) e respectivos resultados alcançados. Analisa-se os resultados, identifica-se percepções dos gestores públicos da educação acerca dos avanços e dos entraves do processo de expansão e implementação do ensino superior no território do Vale do Canindé, bem como sua contribuição para o desenvolvimento do território.

### **4.1 Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UESPI**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento através do qual as Instituições de Ensino Superior (IES) definem a sua missão institucional, orientam suas metas e ações para alcançar os objetivos propostos, bem como a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas, vislumbrando um período de cinco anos (BRASIL, 2006). Destarte, o PDI é o principal instrumento de planejamento estratégico das IES e norteia as diretrizes do agir institucional.

Neste sentido, analisou-se o PDI da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) a fim de conhecer as ações e políticas de expansão do ensino superior no território do Vale do Canindé. Encontra-se disponível para consulta no Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” (Oeiras – PI) apenas o PDI UESPI 2017–2021. Nas buscas realizadas no *site* oficial da UESPI foi encontrado também o PDI UESPI 2012–2016. Portanto, foram analisados apenas os PDI correspondentes ao período citado anteriormente.

Na apresentação do Plano 2012–2016, consta a informação de que o plano resulta de discussões, reuniões, debates, visitas *in loco* e acompanhamentos envolvendo diretamente Diretores/as, Coordenadores/as/, técnicos-administrativos, alunos/as de 08 (oito) Centros e 10 (dez) *Campi*, totalizando participação direta de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas (PIAUI, 2016).

Dentre os objetivos da UESPI que constam no PDI 2012–2016, cabe destacar um: “respeitar as características sociais, culturais e econômicas dos Territórios de Desenvolvimento do Estado, promovendo ações de ensino, pesquisa e extensão adaptadas à realidade de cada região” (PIAUI, 2016). No entanto, o plano não define ações e estratégias para o alcance deste objetivo.

Em 2011 a UESPI era composta por 24 (vinte e quatro) Unidades Universitárias e tinha cerca de 20 (vinte) mil alunos e, neste mesmo ano, foi lançado um edital de concurso para professor efetivo que visava preencher 240 (duzentas e quarenta) vagas em diversos cursos e *Campi* da UESPI (PIAUI, 2011).

A UESPI oferecia, em 2011, 28 (vinte e oito) tipos de cursos na modalidade presencial, em 12 *Campi*, 2 (dois) na capital e 10 (dez) no interior, e em 12 (doze) Núcleos no interior. Destes cursos, 12 (doze) são Licenciaturas e 16 (dezesseis) Bacharelados. Os Cursos ofertados no Campus “Professor Possidônio Queiroz” (Oeiras-PI) na modalidade presencial eram: Licenciatura em Ciências da Computação, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras Português, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Pedagogia. Já os cursos Presenciais em modalidade especial (PARFOR) eram: Licenciatura em História e Licenciatura em Pedagogia (PIAUI, 2016).

A partir da análise do PDI UESPI 2012–2016 não se encontrou previsão de oferta de cursos e vagas para o Campus “Professor Possidônio Queiroz” (Oeiras-PI) e nem ações definidas para este período.

De acordo com o PDI UESPI 2017–2021, a sua elaboração ocorreu de forma participativa e democrática, com a participação de docentes, discentes, técnicos administrativos e sociedade civil organizada, através da constituição de Comissões Locais de elaboração do PDI, estruturadas em cada *Campus*, Centro e Programa da UESPI. Essas Comissões Locais foram constituídas mediante votação entre seus pares. Isso possibilitou a elaboração de um Plano que representa o contexto no qual foi desenvolvido (PIAUI, 2016).

Esse PDI constitui-se de dos seguintes eixos temáticos: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Cronograma de implantação e desenvolvimento de cursos e; Perfil do corpo docente, Perfil do corpo técnico-administrativo, Organização Administrativa, Política de atendimento aos discentes, Infraestrutura, Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e Aspectos financeiros e orçamentários.

A UESPI define em seu PDI como missão institucional:

[...] formar profissionais competentes e éticos, detentores de uma visão crítica, reflexiva e humanística acerca da sociedade a que pertencem, a fim de promover uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, no âmbito estadual e nacional (PIAUI, 2016).

Para cumprir com essa missão, a UESPI elencou em seu PDI 2017–2021 seis objetivos e treze metas e diversas estratégias para o alcance das metas estabelecidas, sendo que uma delas (Meta 10) está relacionada com o propósito deste trabalho e que será analisada a seguir:

a Meta 10 – é contribuir para o alcance gradativo, pelo Piauí e Brasil, da Meta 12 dos Planos Estadual (PEE 2015–2024) e Nacional de Educação (PNE 2015–2024).

A Meta 12 (PEE 2015–2024): Elevar na rede pública estadual a taxa bruta da matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, em instituições públicas (PIAUI, 2015).

A fim de alcançar a Meta 10 do PDI 2017–2021, foram definidas as seguintes estratégias: 1 – Incrementar o aumento de vagas nos cursos de graduação atualmente ofertados pela UESPI, otimizando o quantitativo de discentes por turma, de forma a não impactar negativamente no orçamento da UESPI, conforme metas estabelecidas pelas Comissões Locais do PDI; 2 – Realizar Seminários com Secretarias e Governo, Prefeituras e órgãos federais para a discussão sobre o aumento da oferta sustentável de cursos de graduação no Piauí; 3 – Valorizar a oferta de cursos na modalidade Educação a Distância, com recursos federais, obtidos juntos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior – Capes; 4 – Incrementar fortemente a oferta de cursos de graduação para comunidades assentadas e quilombolas, por meio de convênios com o Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA/PRONERA; e 5 – Aproximar a UESPI da Superintendência de Relações Sociais do Governo do Estado do Piauí para oferta de cursos para povos indígenas nos *Campi* da UESPI.

No que diz respeito a elevação para 50% (cinquenta por cento) das matrículas na educação superior até 2024, o PDI 2017–2021 p. 24, afirma que em 2016 a UESPI ofertou 5.060 vagas, distribuídas em 99 cursos de graduação na modalidade presencial em 12 (doze) *Campi*, 2 (dois) na capital e 10 (dez) no interior. Destes cursos, 54 (cinquenta e quatro) são Licenciaturas e 45 (quarenta e cinco) são Bacharelados. Já na modalidade Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), a UESPI ofertava 56 (cinquenta e seis) cursos em 19 (dezenove) municípios, totalizando 3.758 (três mil, setecentos e cinquenta e oito) matrículas.

Em 2015, a UESPI deu início ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que tem como finalidade apoiar projetos educacionais voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Este programa é financiado pelo Ministério da Reforma Agrária/INCRA, e tem, como público alvo, jovens e adultos das áreas de assentamento e comunidades quilombolas (PIAUI, 2016). Foram ofertados em 2015 os cursos



de Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Geografia e Pedagogia da Terra, nos municípios de Esperantina, Parnaíba e Teresina (Quadro 2).

**Quadro 2** - Oferta de cursos pela UESPI na modalidade PRONERA

<b>Campus/Cidade</b>	<b>Curso</b>	<b>Vagas ofertadas</b>
Esperantina	Bacharelado em Agronomia,	50
Parnaíba	Licenciatura em Geografia	50
Teresina	Pedagogia da Terra	50
<b>Total de vagas ofertadas no convênio PRONERA-INCRA</b>		150

Fonte: PDI UESPI 2017-2021

No Campus “Professor Possidônio Queiroz” (Oeiras-PI), em 2016, foram ofertados tanto cursos de graduação na modalidade presencial quando na modalidade Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), conforme quadro abaixo:

**Quadro 3** - Oferta de cursos presenciais da UESPI na modalidade regular e na modalidade especial (PARFOR) no Campus “Professor Possidônio Queiroz” (Oeiras-PI).

<b>Campus/CIDADE</b>	<b>Cursos na modalidade regular</b>	<b>Vagas anuais</b>	<b>Cursos na modalidade especial (PARFOR)</b>	<b>Vagas anuais</b>
Possidônio Queiroz - OEIRAS	Licenciatura em Ciências da Computação	-	Licenciatura em Educação Física	40
	Licenciatura em História	80	Licenciatura em Pedagogia	40
	Licenciatura em Letras/Português	80	-	-
	Licenciatura em Matemática	40	-	-
	Licenciatura em Pedagogia	80	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>280</b>		<b>80</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelo PDI UESPI 2017-2021.

Os dados do quadro 3 demonstram que no ano de 2016 foram ofertadas 280 (duzentas e oitenta) vagas em cursos presenciais na modalidade regular no Campus “Professor Possidônio Queiroz. Todos os cursos ofertados são de licenciatura, ou seja, cursos destinados

à formação de professores. Já na modalidade especial (PARFOR) foram ofertadas 80 (oitenta) vagas.

No tocante à oferta de cursos e vagas na vigência do PDI UESPI 2017–2021, após as discussões colegiadas, foram definidos os seguintes cursos e seus respectivos quantitativos de vagas para Campus “Professor Possidônio Queiroz” (Oeiras-PI), conforme quadro abaixo:

**Quadro 4 - Oferta de cursos de graduação presencial em Oeiras prevista para PDI 2017/2021**

CAMPUS POSSIDÔNIO QUEIROZ – Oeiras									TOTAL 2017/2019
CURSO	TIPO	TURNO	CURSOS POR ANO (ANO/VAGAS)						
			ATUAL (2016)	2017	2018	2019	2020	2021	
História	Licenciatura	Diurno	40	40	40	40	40	40	200
História	Licenciatura	Noturno	40	40	40	40	40	40	200
Letras/Português	Licenciatura	Diurno	40	40	40	40	40	40	200
Letras/Português	Licenciatura	Noturno	40	40	40	40	40	40	200
Pedagogia	Licenciatura	Diurno	40	40	40	40	40	40	200
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	40	40	40	40	40	40	200
Matemática	Licenciatura	Diurno	40	40	40	40	40	40	200
Matemática	Licenciatura	Noturno	40	40	40	40	40	40	200
Arquivologia	Bacharelado	Diurno	-	-	-	-	40	40	80
Museologia	Bacharelado	Noturno	-	-	-	-	40	40	80
Turismo	Bacharelado	Noturno	-	-	-	-	40	40	80
<b>TOTAL</b>			<b>320</b>	<b>320</b>	<b>320</b>	<b>320</b>	<b>440</b>	<b>440</b>	<b>1.840</b>

Fonte: PDI UESPI 2017–2021.

Os dados do quadro 4 demonstram a proposta de ampliação da oferta de novos cursos de graduação presencial somente a partir de 2020. Nos anos de 2017 a 2019 foram mantidos a mesma oferta de cursos e quantitativo de vagas.

#### 4.2 Análise dos resultados da oferta de vagas em cursos da UESPI (2000–2019)

O Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”, foi criado em 1998, com a finalidade de qualificar professores da rede estadual e municipal, em Regime Especial, através de convênios com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí (SEDUC) e Prefeituras municipais. Foi realizado o concurso/vestibular em 1997. Neste vestibular foram

ofertados, em Regime Especial, os cursos de Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras/Português e Licenciatura em Matemática, sendo que 10% (dez por cento) das vagas oferecidas eram destinadas a pessoas da comunidade.

No entanto, o Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” só foi institucionalizado oficialmente no ano de 2000, através do Decreto nº 10.239, de 24 de janeiro de 2000, pelo então governador do estado do Piauí, Francisco de Assis Moraes Sousa, que transformou a Escola Normal Presidente Castelo Branco em Instituto Superior de Educação, funcionando no prédio<sup>21</sup> da referida escola, localizada na Avenida Desembarcador Cândido Martins, nº 67, Centro, no município de Oeiras – PI.

O município de Oeiras está localizado a uma distância de 313 km da capital, Teresina, possui área geográfica de 2.702,486 km<sup>2</sup>, de acordo com o IBGE, sua população estimada em 2019 é 37.029 (trinta e sete mil e vinte e nove) habitantes, o que lhe confere uma densidade demográfica de 13,7 hab/km<sup>2</sup> e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,634 (zero vírgula seiscentos e trinta e quatro) (IBGE, 2010). A cidade destaca-se no Território Vale do Rio Canindé não só por ser o município que tem uma oferta de serviços mais diversificada, mas principalmente pelo seu patrimônio histórico e pelas seculares tradições culturais.

A cidade guarda o esplendor dos tempos da colonização na cultura local, na arquitetura jesuíta, na culinária, com destaque para os doces, e na forte tradição religiosa. Suas principais atividades econômicas são: agricultura, pecuária, comércio e serviços. Além disso, é o principal centro comercial do Território do Vale do Canindé.

O Campus da UESPI em Oeiras passou a ser chamado de “Professor Possidônio Queiroz”, em 2004, através da Lei Estadual nº 5.382, de 23 de abril de 2004, apresentada pelo então deputado estadual Mauro Tapety. A escolha do nome se deu em homenagem ao músico, professor e advogado oeirense, Possidônio Nunes Queiroz<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> O prédio foi construído em 1952, possui estrutura regular, situa-se no perímetro do centro histórico de Oeiras, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), portanto, não há possibilidade de alterações na sua arquitetura (PIAUI, 2019). Disponível em: <http://www.uespi.br/site/?p=86893>. Acesso em: 11 de ago. 2019.

<sup>22</sup> Foi professor de Português no primeiro ginásio de Oeiras, no prédio que hoje funciona o Campus da UESPI em Oeiras. Além disso, Possidônio era um homem culto, dotado de um vasto conhecimento e de inúmeras profissões, que adquiriu através da formação autodidata, dentre elas podemos elencar: advogado (rábula), professor, conferencista, jornalista, historiador, filósofo, crítico literário, músico, cronista e poeta (PIAUI, 2019). Disponível em: <http://www.uespi.br/site/?p=105403>. Acesso em: 11 de ago. 2019.

**Figura 4** -Fachada do Campus “Professor Possidônio Queiroz” em Oeiras

Fonte: UESPI, 2017.

Quanto à estrutura física, o prédio possui 08 (oito) salas de aula, 01 (uma) biblioteca, 01(uma) sala de professores, 01 (uma) diretoria, 01 (uma) sala de coordenação, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) cantina, 01 (um) auditório, 02 (dois) banheiros para professores, 02 (dois) banheiros para alunos (masculino e feminino) e 01 (um) amplo estacionamento.

Para atender aos objetivos da pesquisa, realizou-se um levantamento dos cursos, número de vagas, ingressos e egressos do Campus “Professor Possidônio Queiroz”, no período de 2001 a 2019, conforme Tabela 10.

**Tabela 10 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos (graduação regular) no Campus “Professor Possidônio Queiroz” 2001/2019**

CURSO	VAGAS	INGRESSOS	EGRESSOS
	OFERTADAS 2001-2019		
Licenciatura em Computação	130	114	76
Licenciatura em História	680	655	192
Licenciatura em Letras/Português	530	479	233
Licenciatura em Matemática	190	177	60
Licenciatura em Pedagogia	620	560	356
<b>TOTAL</b>	<b>2.150</b>	<b>1.985</b>	<b>917</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos em editais de vestibulares e na DTIC/UESPI (2019)

Ressalta-se que, não foram encontrados os editais com oferta de vagas nos anos de 2001, 2002 e 2003, assim, foi estimado o número de vagas disponibilizadas nesse período com base nos editais dos anos posteriores. Os dados da Tabela 10 demonstram que ao longo de seus 18 (dezoito) anos de existência, o Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” formou 917 (novecentos e dezessete) profissionais.

**Tabela 11 - Número de vagas e ingressantes (graduação regular) no Campus “Professor Possidônio Queiroz” 2001/2019.**

<b>ANO</b>	<b>VAGAS OFERTADAS</b>	<b>INGRESSANTES</b>
2001	60	59
2002	40	34
2003	80	81
2004	120	113
2005	150	145
2006	150	130
2007	150	157
2008	80	81
2009	80	79
2010	120	119
2011	100	99
2012	190	115
2013	200	148
2014	210	214
2015	80	45
2016	280	276
2017	40	38
2018	40	40
2019	40	39
<b>TOTAL</b>	<b>2.150</b>	<b>917</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos em editais de vestibulares e na DTIC/UESPI (2019)

A tabela acima apresenta as vagas ofertadas e os ingressantes no Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”, por ano, no período de 2001 a 2019. Observa-se oscilação nas vagas disponibilizadas ao longo desses anos, sendo que a maior oferta aconteceu no ano de 2016, com 280 (duzentas e oitenta) vagas, porém, nos últimos 3 (três) anos, houve uma queda brusca na oferta, pois foram disponibilizadas apenas 40 (quarenta) vagas por ano (2017 a 2018), correspondentes ao curso de Licenciatura em História. Nos demais cursos, não houve oferta de vagas.

De acordo com a direção do Campus os cursos deixaram de ser ofertados por falta de reconhecimento, assim dos 4 (quatro) cursos (Licenciatura em Letras/Português, História, Pedagogia e Matemática) em funcionamento no campus, apenas o curso de Licenciatura em História teve seu reconhecimento aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. O diretor ressaltou que no mês de julho/2019, o Conselho Estadual de Educação esteve no *campus* para realizar uma nova avaliação e que estava aguardando os resultados. A situação mais difícil era a do curso de Licenciatura em Matemática, pois corria o risco de ser extinto por falta de professores.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que a instalação do Campus da UESPI ocorreu sem a preocupação com a infraestrutura necessária para o seu bom funcionamento, e que ao longo desses anos, não houve avanços quanto à melhoria da estrutura mínima, o que acaba afetando a qualidade do ensino ofertado. Embora exista uma pressão por parte dos servidores e estudantes da instituição, falta mobilização da sociedade e vontade política para que esta realidade mude no *campus* daquela instituição.

Além dos cursos presenciais citados anteriormente, o Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”, oferta desde 2011 cursos (Tabela 12) vinculados ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor.

**Tabela 12 - Número de vagas, ingressos e egressos (graduação especial) PARFOR no Campus “Professor Possidônio Queiroz” 2011/2019.**

<b>CURSO</b>	<b>ANO</b>	<b>VAGAS OFERTADAS</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>ENGRESSOS</b>
Licenciatura em Computação	2011	30	30	18
Licenciatura em Pedagogia	2011	20	20	20
Licenciatura em Pedagogia	2014	25	25	24
Licenciatura em Educação Física	2015	25	25	25
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>87</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na Coordenação do PARFOR (Oeiras)

A tabela 12 demonstra que no período de 2011 a 2015 foram ofertadas 100 (cem) vagas, em cursos de licenciatura, em regime especial, vinculados ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor. Dos 100 (cem) ingressantes, 87 (oitenta e sete) concluíram o curso.

Destaca-se que, o Parfor tem como finalidade ofertar educação superior, gratuita e de qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula.

#### **4.3 Análise dos resultados da oferta de vagas em cursos da UAB no polo de Oeiras**

O Sistema UAB é composto por polos de apoio presencial que recebe diversos cursos de mais de uma IES. Os polos de apoio presencial são locais de encontro, onde os discentes podem utilizar os espaços para orientações, estudo, acesso à *internet*, a biblioteca e aos tutores presencias, que são profissionais especializados na área acadêmica dos cursos que representam. Os polos contam com apoio de um coordenador local, responsável por gerenciar as demandas e as necessidades dos diversos cursos oferecidos.

O polo da UAB “Professor Possidônio Queiroz”, em Oeiras, fica localizado à Rua Miguel Oliveira, s/n – Centro, tendo como mantenedor o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria Estadual de Educação, em 2010, e obteve seu parecer homologado para oferta de cursos superiores pelo Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação por meio da Portaria nº 1.369, publicada no Diário oficial da União em 8 de dezembro de 2010. Funcionou até o início do ano de 2015 nas instalações do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz.

A sede própria do polo foi construída pelo Governo do Estado do Piauí e inaugurada em maio de 2015, com salas de aula, coordenação, sala de tutoria, laboratório de informática e banheiros com acessibilidade.

**Figura 5** - fachada de entrada do polo UAB “Professor Possidônio Queiroz” em Oeiras



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

As atividades do polo tiveram início no ano de 2009, com a oferta dos cursos de Licenciatura em Filosofia e Química, pela UFPI, e Licenciatura em Letras/Espanhol pela UESPI. Em 2010 foi ofertado o curso de Bacharelado em Administração Pública, conforme Tabela 13.

**Tabela 13 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos – vestibular  
UAB/CEAD/NEAD 2009 e 2010.**

<b>CURSO</b>	<b>ANO DE INGRESSO</b>	<b>IES</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>EGRESSOS</b>
Licenciatura em Filosofia	2009	UFPI	40	33	12
Licenciatura em Química	2009	UFPI	35	30	14
Licenciatura em Letras/Espanhol	2009	UESPI	50	50	31
Bacharelado em Administração Pública	2010	UESPI	50	49	37
<b>TOTAL</b>			<b>175</b>	<b>162</b>	<b>94</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na Coordenação do polo (Oeiras)



Observa-se uma predominância na oferta de cursos de licenciatura, pois dos 4 (quatro) cursos ofertados entre 2009 e 2010, 3 (três) são de licenciatura, cuja finalidade é formar profissionais para atuarem em escolas de educação básica da rede pública e privada. A oferta desses cursos, neste período, foi de suma importância tanto para a cidade de Oeiras como para os demais municípios que compõem o Território do Vale do Canindé, tendo em vista a necessidade de profissionais qualificados nestas áreas na região.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, ofertado no contexto do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos (PNAP), visa formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais, não-governamentais e empresariais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país (PNAP, 2016). No vestibular UESPI/2009, foram ofertadas 50 (cinquenta) vagas para o polo de Oeiras, sendo 30 (trinta) vagas destinadas a servidores públicos e 20 (vinte) vagas para a comunidade. Essa primeira turma teve início no segundo semestre de 2010.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 13, dos 175 (cento e setenta e cinco) alunos ingressantes somente 64 (sessenta e quatro) concluíram seus cursos, o que corresponde a 36,6% (trinta e seis vírgula seis por cento), isso mostra um índice de evasão muito elevado, 63,4% (sessenta e três vírgula quatro por cento) (são considerados como evadidos os alunos com *status* abandono, desligado e transferência externa). Desse modo, um dos grandes problemas detectado no polo da UAB de Oeiras é a evasão. Ressalta-se que, a evasão é um problema que permeia o ensino em geral no Estado. No período de 2012 a 2017 houve uma ampliação na oferta cursos e vagas no polo da UAB “Professor Possidônio Queiroz”, como mostra a Tabela 14.

**Tabela 14 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos no vestibular  
UAB/CEAD/NEAD 2012 a 2017 (continua)**

CURSO	INGRESSO	IES	VAGAS	INGRESSOS	EGRESSOS
Licenciatura em Filosofia	2012	UFPI	50	47	23
Licenciatura em Letras/Inglês	2012	UFPI	50	49	36
Bacharelado em Administração Pública	2014	UESPI	50	48	36
Bacharelado em Administração	2014	UFPI	50	49	18

**Tabela 14 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos no vestibular  
UAB/CEAD/NEAD 2012 a 2017 (conclusão)**

<b>CURSO</b>	<b>INGRESSO</b>	<b>IES</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>EGRESSOS</b>
Bacharelado em Administração Pública	2015	UESPI	100	94	53
Bacharelado em Sistema de Informação	2014	UFPI	50	45	11
Licenciatura em Filosofia	2014	UFPI	25	23	07
Licenciatura em Geografia	2014	UFPI	50	48	22
Licenciatura em História	2015	UESPI	45	44	15
Licenciatura em Letras/Espanhol	2015	UESPI	91	86	18
Licenciatura em Letras/Inglês	2014	UFPI	50	46	18
Licenciatura em Letras/Português	2014	UFPI	50	49	16
Licenciatura em Matemática	2014	UFPI	50	45	12
Licenciatura em Pedagogia	2015	UESPI	91	91	19
Licenciatura em Química	2014	UFPI	25	22	13
Bacharelado em Administração	2017	UFPI	50	50	*
Bacharelado em Sistemas de Informação	2017	UFPI	50	48	*
Licenciatura em Geografia	2017	UFPI	50	50	*
Licenciatura em Letras/Inglês	2017	UFPI	50	50	*
Licenciatura em Letras/Português	2017	UFPI	50	47	*
Licenciatura em Matemática	2017	UFPI	50	44	*
<b>TOTAL</b>			<b>1.127</b>	<b>1.075</b>	<b>317</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na Coordenação do polo (Oeiras).

\* Em andamento

Os dados apresentados na tabela evidenciam a ampliação da oferta de cursos e vagas no período de 2012 a 2017 – 877 (oitocentos e setenta e sete) vagas – de cursos de licenciatura, isso reforça uma das prioridades do Sistema UAB de expandir e de interiorizar a oferta de cursos e de programas de educação superior para garantir a formação inicial e continuada de professores da educação básica. E, conseqüentemente, fortalecer o ensino da educação básica nos interiores do país. Nesse período, também foram ofertados 3 (três) cursos de bacharelados, sendo 2 (dois) pela UFPI e 1 (um) pela UESPI.

Merece destaque o elevado número de evasão nesses cursos, dos 786 (setecentos e oitenta e seis) alunos egressos no período de 2012 a 2012, somente 317 (trezentos e

dezessete), com percentual de 40,3% (quarenta vírgula três por cento) concluíram seus cursos, ou seja, mais 59,7% (cinquenta e nove vírgula sete por cento) dos alunos evadiram-se, ou não conseguiram concluir seus cursos no período previsto, isso acarreta prejuízos econômicos, acadêmicos e sociais, tanto para as instituições quanto para os estudantes. A literatura aponta diversas causas para a evasão do ensino na modalidade a distância.

Dentre as principais causas destaca-se: dificuldade de acesso à complexidade das atividades, desencanto com o curso escolhido, tecnologia inadequada, falta de habilidade para usar a tecnologia corretamente e tempo de realizar os estudos, não adaptação do aluno à modalidade EaD, insuficiência de estrutura de apoio como laboratórios de ensino e de informática, conjunturas econômicas e outros vinculados às dificuldades financeiras do estudante (BITTENCOURT; MERCADO, 2014; COELHO, 2002; PEREIRA, 2003).

Fávero (2006) afirma que o principal instrumento para permanência do aluno no curso a distância é o diálogo, e deve ser acompanhado pela identificação das necessidades desse aluno e facilitação do acesso deste à estrutura do curso. Embora existam problemas como a evasão no polo da UAB de Oeiras, a contribuição do mesmo para a formação de diversos profissionais, 411 (quatrocentos e onze) egressos entre 2012 e 2018, é de suma importância, até mesmo porque são ofertados no polo vários cursos que não são contemplados pelo ensino presencial do Campus da UESPI no município de Oeiras. Destarte, superar a evasão é um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos atores envolvidos na implementação do Sistema UAB em Oeiras.

#### **4.4 Análise da oferta de vagas em cursos da UAB no Polo de Simplício Mendes**

O Polo de apoio presencial da UAB Antônio de Moura Fé, em Simplício Mendes – PI, tem por mantedor o governo estadual do Piauí, e possui cursos de graduação ofertados pelo CEAD/UFPI e pelo NEAD/UESPI. A cidade de Simplício Mendes está localizada a uma distância de 420 km da capital, Teresina, possui uma área geográfica de 1.353,390 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 12.711 (doze mil e setecentos e onze) habitantes (IBGE, 2019).

O Polo de Apoio Presencial UAB Antônio de Moura Fé, localizado à Rua Pio Sérvio, S/N–Centro, Simplício Mendes–PI, foi inaugurado em Abril de 2008, tendo como seu mantenedor o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria Estadual de Educação, e funciona em parceria com outras instituições públicas, através de um consórcio entre os

Governos Federal, Estadual e Municipal, para atender à demanda crescente de Ensino Superior, além de ampliar e interiorizar a modalidade de Ensino a Distância.

Quanto à estrutura física, o polo possui 01 (uma) Coordenação, 01 (uma) secretaria acadêmica, 01 (uma) sala de tutores, 02 (duas) salas presenciais, 01 (uma) biblioteca, 02 (dois) laboratórios de informática, 01 (um) laboratório de química, 01 (um) pátio, banheiros para os alunos e 01 (uma) cantina. A estrutura física do polo encontra-se precária, tendo em vista que possui uma ala que no momento está interditada, precisando de reparos urgente. Com relação aos equipamentos dos laboratórios de informática e química, estes encontram-se funcionando perfeitamente, os móveis estão bem conservados e adequados ao uso.

**Figura 6** - Fachada de entrada do polo UAB “Antônio de Moura Fé” em Simplício Mendes



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Quanto ao quadro administrativo da organização, além do Coordenador, o polo possui duas Auxiliares Administrativas, duas Auxiliares de Biblioteca, duas Zeladoras e dois Vigias vinculados ao mantenedor (SEDUC) e duas secretárias vinculadas a UESPI. Já em relação ao corpo docente, possui 6 (seis) tutores presenciais vinculados à Universidade Federal do Piauí, IES que no momento possui cursos ativos.

Teve a sua primeira oferta de cursos no Vestibular EAD/UFPI 2007, com início em 2008. Neste vestibular foram ofertados os seguintes cursos: Bacharelado em Administração,

Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Química. No ano seguinte ofertou apenas Licenciatura em Letras Espanhol pela UESPI, conforme Tabela 15.

**Tabela 15 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos – vestibular  
UAB/CEAD/NEAD – 2008 e 2009**

<b>CURSO</b>	<b>INGRESSO</b>	<b>IES</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>EGRESSOS</b>
Bacharelado em Administração	2008	UFPI	50	50	33
Bacharelado em Sistemas de Informação	2008	UFPI	50	50	17
Licenciatura em Química	2008	UFPI	50	50	27
Licenciatura em Letras/Espanhol	2009	UESPI	50	50	42
<b>TOTAL</b>			<b>200</b>	<b>200</b>	<b>119</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na Coordenação do polo (Simplício Mendes)

Os dados da Tabela 15 demonstram que dos 200 (duzentos) alunos que ingressaram no período, 119 (cento e dezenove), 59,5% (cinquenta e nove vírgula cinco por cento) conseguiram concluir seus cursos. A evasão nesse período de 40,5% (quarenta vírgula cinco por cento) constitui um valor elevado. O Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação teve o maior índice de evasão, 66% (sessenta e seis por cento). Já o curso de Licenciatura em Letras/Espanhol, teve o menor índice de alunos evadidos, 16% (dezesesseis por cento). O gestor do polo cita que o Curso de Sistemas de Informação é considerado difícil, que há muita reprovação nas disciplinas, o que deixa o aluno desestimulado, acabando por evadir-se. A baixa evasão do curso de Licenciatura em Letras/Espanhol pode ser explicada pela carência de profissionais na área em muitos municípios da região, o que motiva os alunos a concluírem o curso para conquistar uma vaga no mercado de trabalho.

No período de 2010 a 2017, o polo da UAB de Simplício Mendes ofertou 12 (doze) cursos e 1.299 (mil e duzentas e noventa e nove) vagas, conforme Tabela 16.

**Tabela 16 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos no vestibular UAB/CEAD/NEAD  
2010 a 2017 (continua)**

<b>CURSO</b>	<b>INGRESSO</b>	<b>IES</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>EGRESSOS</b>
Bacharelado em Administração Pública	2010	UFPI	50	56	34
Licenciatura em Pedagogia	2010	UFPI	50	56	36

**Tabela 16 - Cursos, número de vagas, ingressos e egressos no vestibular UAB/CEAD/NEAD  
2010 a 2017 (conclusão)**

<b>CURSO</b>	<b>INGRESSO</b>	<b>IES</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>EGRESSOS</b>
Licenciatura em Letras/Inglês	2011	UESPI	50	50	30
Bacharelado em Administração	2012	UFPI	30	28	15
Bacharelado em Administração Pública	2012	UFPI	50	48	30
Bacharelado em Sistemas de Informação	2012	UFPI	25	22	06
Licenciatura em Filosofia	2012	UFPI	50	49	31
Licenciatura em Letras/Português	2012	UFPI	50	51	38
Licenciatura em Matemática	2012	UFPI	50	50	36
Licenciatura em Química	2012	UFPI	50	44	21
Bacharelado em Administração	2014	UFPI	35	33	24
Bacharelado em Administração Pública	2014	UFPI	50	50	34
Licenciatura em Letras/Português	2014	UFPI	50	51	33
Licenciatura em Matemática	2014	UFPI	45	44	31
Licenciatura em Pedagogia	2014	UFPI	50	50	36
Licenciatura em Química	2014	UFPI	70	67	22
Licenciatura em História	2015	UESPI	45	47	30
Licenciatura em Letras/Espanhol	2015	UESPI	104	51	30
Licenciatura em Letras/Inglês	2015	UESPI	95	37	22
Bacharelado em Administração Pública	2017	UFPI	50	50	*
Bacharelado em Sistemas de Informação	2017	UFPI	50	52	*
Licenciatura em Filosofia	2017	UFPI	50	41	*
Licenciatura em Letras/Português	2017	UFPI	50	50	*
Licenciatura em Matemática	2017	UFPI	50	52	*
Licenciatura em Química	2017	UFPI	50	30	*
<b>TOTAL</b>			<b>1.299</b>	<b>1.159</b>	<b>539</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na Coordenação do polo (Simplício Mendes).

\* Em andamento

Os números expostos acima demonstram que, das 999 (novecentas) vagas oferecidas entre 2010 e 2015, foram matriculados 884 (oitocentos e oitenta e quatro) alunos, sendo que 29,9% (vinte e nove vírgula nove por cento) concluíam o curso no tempo previsto, num total de 264 (duzentos e sessenta e quatro) formados. Destarte, a evasão no período foi elevadíssima, 70,1% (setenta vírgula um por cento). Não se considerou os egressos de 2017, pois estes ainda não concluíram o curso.

Nesse período, o Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação também teve o maior índice de evasão, 72,7% (setenta e dois vírgula sete por cento), e dos 22 (vinte e dois) egressos em 2012 somente 6 (seis) concluíram o curso no tempo previsto. Os motivos que explicam a evasão do referido curso, na visão do coordenador do polo, já foram elencados neste estudo, não sendo objetivo desta pesquisa analisar as causas da evasão em nenhum dos cursos. No entanto, cita-se aqui alguns dos fatores apontados pela literatura que influenciam a evasão dos alunos em cursos na modalidade a distância.

Bittencourt e Mercado (2014) analisaram os fatores que influenciaram a evasão de alunos do Curso Piloto de Administração a distância da UAB/Universidade Federal de Alagoas. Nesse sentido constataram que, a principal causa da evasão dos alunos no curso está relacionada a problemas endógenos com relação à instituição de ensino superior, como a atitude comportamental ligada diretamente à insatisfação com o tutor e professores; e motivos institucionais e requisitos didáticos pedagógicos relacionados a problemas com a plataforma e encontros presenciais. Os autores destacam a necessidade de políticas para combater a evasão e manter os alunos nos cursos EaD.

Já Santos (2014) investigou os principais fatores que levam à desistência de alunos nos cursos de graduação no Polo de Apoio Presencial de São João da Ponte – MG. Dentre os fatores associados às causas de evasão, destacam-se as dificuldades de relacionamento dos estudantes com métodos de ensino, o domínio da tecnologia e o tempo de espera na solução de dúvidas dos acadêmicos pelo professor e tutor. O autor conclui que os cursos em EaD, de modo especial, no polo em questão, necessitam de metodologias de acompanhamento e suporte do alunado que eliminem fatores de seu distanciamento no processo em EaD.

Nesse sentido, percebe-se as causas da evasão de alunos em cursos na modalidade de ensino a distância, comuns em diversos polos do Sistema UAB, sendo portanto, necessário, que todos os envolvidos nesse processo busquem soluções para o problema.

Dos 10 (dez) cursos ofertados no polo, 3 (três) são bacharelados e 7 (sete) são licenciatura, isso se justifica considerando que a UAB tem como um de seus principais objetivos a formação de professores. Desde a sua criação em 2008 até o ano de 2018, o polo

da UAB de Simplício Mendes formou 658 (seiscentos e cinquenta e oito) profissionais de diversas áreas e de vários municípios. Dessa forma, não se pode negar a sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico Território do Vale do Canindé, principalmente para aqueles que não conseguiriam ter acesso a esse nível de ensino na modalidade presencial, pois teriam que se deslocar para outras cidades.

Por outro lado, cita-se que a expansão do ensino superior não deve estar relacionada apenas a abertura de vagas, embora conseguir vaga no ensino superior ser uma dificuldade para os jovens brasileiros, e sim na permanência e atendimento da demanda com qualidade, pois um dos grandes desafios do polo da UAB de Simplício Mendes, assim como em Oeiras, é superar a evasão.

A Tabela 17 apresenta a síntese dos resultados do Território do Vale do Canindé (cursos ofertados, vagas, ingressos e egressos) do período pesquisado – 2001/2019.

**Tabela 17 – Cursos, número de vagas, ingressos e egressos na graduação (presencial e a distância), no Território do Vale do Canindé 2001/2019 (continua)**

Curso	Graduação presencial (regular e especial/ PARFOR) 2001/2019			Graduação a distância 2008/2019		
	Vagas	Ingressos	Egressos	Vagas	Ingressos	Egressos
Licenciatura em Computação	160	144	94	0	0	0
Licenciatura em História	680	655	192	90	91	45
Licenciatura em Letras/Português	530	479	233	150	152	134
Licenciatura em Matemática	190	177	60	245	243	79
Licenciatura em Pedagogia	665	560	401	191	197	91
Licenciatura em Educação Física	25	25	25	0	0	0
Licenciatura em Filosofia	0	0	0	215	193	73
Licenciatura em Química	0	0	0	280	243	97
Licenciatura em Letras/Espanhol	0	0	0	295	237	103
Licenciatura em Letras/Inglês	0	0	0	295	232	106
Licenciatura em Geografia	0	0	0	100	98	22
Bacharelado em Administração	0	0	0	215	210	90



**Tabela 17 – Cursos, número de vagas, ingressos e egressos na graduação (presencial e a distância), no Território do Vale do Canindé 2001/2019 (conclusão)**

Curso	Graduação presencial (regular e especial/ PARFOR) 2001/2019			Graduação a distância 2008/2019		
	Vagas	Ingressos	Egressos	Vagas	Ingressos	Egressos
Bacharelado em Administração Pública	0	0	0	400	395	224
Bacharelado em Sistemas de Informação	0	0	0	125	122	23
<b>TOTAL</b>	<b>2.250</b>	<b>2.040</b>	<b>1.005</b>	<b>2.306</b>	<b>2.413</b>	<b>1.087</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na Coordenação do polo (Oeiras e Simplício Mendes) e fornecidos pela DTIC/UESPI (2019).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 17, dos 14 (quatorze) cursos ofertados por IES públicas na região do Vale do Canindé, 11 (onze), 78,6% (setenta e oito vírgula seis por cento) são de licenciatura e apenas 3 (três), 21,4% (vinte e um vírgula quatro por cento) são bacharelados. No período de 2001 a 2019, foram ofertadas 2.250 (dois mil duzentos e cinquenta) cursos de graduação presencial (regular e especial), sendo que dos 2.040 (dois mil e quarenta) ingressantes apenas 1.005 (um mil e cinco) concluíram seus cursos. Destaca-se, que os ingressantes de 2016 a 2019 ainda não concluíram os cursos. Já a modalidade a distância ofertou 2.306 (duas mil e trezentas e seis) vagas, no período de 2008 a 2019, com um total de matrículas de 2.413 (duas mil e quatrocentas e treze), e o número de egressos foi de 1.087 (um mil e oitenta e sete). Ressalta-se que, a última oferta de cursos a distância ocorreu em 2017 e que estes ainda estão em andamento.

Verifica-se que, a materialização da expansão e interiorização do ensino superior na região pesquisada ocorreu com mais intensidade a partir da oferta de cursos na modalidade a distância, através do Sistema da UAB.

#### **4.5 Avanços e entraves: um olhar dos gestores públicos das IES do Território do Vale do Canindé**

Nessa análise, buscou-se as percepções dos gestores públicos da educação acerca dos avanços e dos entraves no processo de expansão e implementação do ensino superior no

território do Vale do Canindé, bem como sobre sua contribuição no desenvolvimento da região, através de entrevista semiestruturada gravada (Apêndice A e B).

A escolha dos sujeitos da pesquisa, devido ao objeto de pesquisa, foi intencional. As entrevistas foram realizadas individualmente e ocorreram em dias e horários negociados com os entrevistados. Os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após terem sido informados sobre o propósito, objetivos e metodologia da pesquisa e, lhes ter sido assegurado que os dados coletados seriam usados exclusivamente para este estudo.

Os dados referentes à identificação dos participantes foram omitidos na redação do texto, tendo sido utilizados códigos de identificação (G1, G2 e G3), assim, o sigilo e a privacidade dos entrevistados foram resguardados, de acordo com os preceitos da legislação que regulamenta este estudo. Após as entrevistas semiestruturadas gravadas, foram feitas as conversões dos dados através da transcrição das falas dos gestores.

Para dar início às percepções dos gestores públicos da UESPI e dos polos da UAB de Oeiras e Simplício Mendes, fez-se um levantamento do tempo de atuação na gestão dos referidos órgãos, conforme iu 18.

**Tabela 18 – Tempo de atuação da Gestão (Campus da UESPI, Polos da UAB de Oeiras e Simplício Mendes)**

<b>GESTOR</b>	<b>TEMPO FRENTE A GESTÃO</b>
G1	2 anos (desde julho/2017)
G2	8 anos (desde outubro/2011)
G3	5 anos (desde março/2014)

Fonte: Elaborada pela autora

Os relatos dos entrevistados quanto às dificuldades enfrentadas no âmbito acadêmico pedagógico e na gestão organizacional e financeira do órgão que administram, apontam que as principais dificuldades são: ausência de autonomia do aluno, não domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs que muitas vezes leva a evasão, falta de professores, problemas de comunicação com os diversos interlocutores, falta de autonomia financeira, poucos recursos financeiros e humanos, estrutura física não condizente (prédio e instalações inadequadas) e carência de recursos humanos, principalmente docentes, no caso do Campus “Professor Possidônio Queiroz”, conforme destaque nas narrativas abaixo:

*As dificuldades que nós temos, acho que sempre foram a questão de professor, a falta de professores efetivos. E agora nós tivemos concursos, tivemos concursos em 2009, concurso em 2011 e 2012, e agora em 2018, mas sempre com a carência e concursos para professores substitutos. Então, fica sempre nessa dependência e vez por outra a gente fica nessa dificuldade de professores, né, e dentro dessa dificuldade ficam disciplinas sem serem ministradas, ora num curso, ora no outro, ora quase todos [...] (G1, 2019).*

Um dos grandes desafios do Campus “Professor Possidônio Queiroz”, de acordo com a fala do gestor é falta de docentes. O curso de Licenciatura em Matemática é o que apresenta situação grave, pois está sem professor. Esse problema mobilizou alunos e professores, no último dia 23 de setembro de 2019. Nesta data<sup>23</sup>, alunos e professores trancaram o Campus que passou todo o dia fechado. Os manifestantes foram à noite, à Sessão da Câmara Municipal de Oeiras, buscar o apoio dos vereadores e apresentar as suas demandas, tais como: concurso imediato para professor efetivo do curso de Matemática; encaminhamentos, junto ao Conselho Estadual de Educação do Piauí, para a publicação dos pareceres de avaliação para reconhecimento dos cursos de Letras/Português, Pedagogia e História; encaminhamento para abertura de novas turmas para 2020.1 dos cursos de Letras/Português, Pedagogia e História; pagamento integral das bolsas de monitoria em atraso e dos demais auxílios estudantis; nomeação imediata de professor efetivo para o curso de História e cronograma definitivo de conclusão e inauguração do novo campus de Oeiras.

Em busca de solução para essas demandas supracitadas, o prefeito de Oeiras se reuniu, no dia 02 outubro de 2019, com o reitor da UESPI e o vice-reitor Evandro Sousa para dialogar e empenhar esforços no sentido de encontrar uma solução para o andamento das atividades na instituição. Em resposta, o reitor assegurou ao prefeito que no dia 04 de outubro de 2019 daria uma solução definitiva para o caso, com a contratação imediata de professores e retorno das aulas no curso.

Quanto à estrutura física, o G1 relata que:

*[...] esse prédio foi cedido para o Estado e que é hoje... o prédio conta com um auditório e oito salas de aula e já tivemos cinco cursos aqui, um deles não tem mais que é... que é computação, ele era licenciatura em computação, mas quando eu cheguei aqui, que foi em 2016, em 2016 em dezembro aconteceu uma solenidade para... Como é que chama? A pedra fundamental da obra do novo campus. Então, temos... estamos em construção que era para ser entregue... inaugurado em dezembro de 2017 para coincidir com o aniversário de 300 anos da cidade de Oeiras, mas infelizmente algumas coisas aconteceram, a obra foi embargada em*

<sup>23</sup> Fonte: <https://www.muraldavila.com.br/noticias/uespi-em-oeiras-tem-aulas-suspensas-e-portoes-trancados-74030.html>. Acesso em 23 set. 2019.

*algum momento, em outro momento faltou o dinheiro, e aí a construção ainda vem se arrastando e não temos uma previsão exata de quando será entregue (G1, 2019).*

Percebe-se, pela fala do G1, que um dos problemas enfrentados pela gestão quanto à estrutura física é a falta de sede própria. A Construção da obra para funcionamento do campus se arrasta desde o ano de 2016 e parece ser um problema de difícil solução.

De acordo com Governo do Estado, o novo prédio da UESPI de Oeiras está orçado em cerca de R\$ 5 (cinco) milhões e contará com 33 (trinta e três) salas de aula, 06 (seis) laboratórios, 01 (um) auditório com capacidade para 144 (cento e quarenta e quatro) lugares, 01 (uma) biblioteca, área administrativa, área de convivência, 04 (quatro) banheiros masculinos e 04 (quatro) femininos, 10 (dez) banheiros acessíveis e estacionamento com 140 (cento e quarenta) vagas.

O polo da UAB de Simplício Mendes também apresenta problemas na estrutura física. Nesse sentido, o G3 relatou que a estrutura física do polo se encontra precária, possui uma ala interditada, precisando de reparos urgente. Caso esses reparos não aconteçam urgente, será necessário buscar outro local para funcionamento do polo. O G3 menciona também que uma das dificuldades acadêmicas é relacionada ao acesso à internet: *“muitos alunos moram na zona rural, não tem acesso... aqui nós já tivemos alunos que não tinha nem energia em casa. Então, isso dificultava para questão dele estudar, né?”*; no entanto, o G3 também afirma que o polo possui boa infraestrutura, pois possui biblioteca e um laboratório de informática.

Ao serem questionados sobre as estratégias de ações que são utilizadas para superar as dificuldades citadas, os gestores afirmaram que encaminham as demandas para os responsáveis: *“a gente mostra a nossa demanda, o nosso quadro de necessidade e aí eles autorizam a gente abrir o quadro de vagas para fazer o seletivo para contratar professores substitutos”* (G1, 2019). Corroborando, o G3 (2019) afirma que: *“a gente faz relatórios, né, para as coordenações de cursos, vai para o próprio diretor do centro, no caso, da UFPI, no caso da UESPI, e nós já fizemos também... participamos de alguns seminários de gestores, com todos os componentes da EAD”*. De acordo com a fala do G3, os seminários de gestores envolvem a equipe responsável pela implementação de ações e objetivam encontrar soluções para tentar melhorar a gestão dos cursos nos polos. Já o G2 (2019) cita que: *“a nossa maior dificuldade hoje é a evasão, então a gente sempre procura tá buscando, quando é no período de matrícula, a gente tenta buscar esse aluno perguntando porque é que não veio, pois vamos renovar a sua matrícula[...] trazer o aluno para o polo para que ele conclua seu curso”*. Percebe-se que o G2, usa o diálogo para tentar convencer o aluno a não desistir do curso.

Nesse sentido, Fávero (2006) salienta que o diálogo é o principal instrumento para permanência do aluno no curso a distância.

Perguntou-se também com acontecem ou aconteceram as ofertas dos cursos, tanto no campus da UESPI como nos polos da UAB, e em resposta afirmou-se que as ofertas acontecem através do concurso/vestibular, e que os cursos e a quantidade de vagas são definidos pela Gestão do Sistema UAB da UESPI e da UFPI. A UESPI aderiu ao ENEM no ano de 2012 e, a partir do processo seletivo do ano de 2013, passou a utilizar o Sistema de Seleção Unificada (SISU) como forma de ingresso em 100% (cem por cento) das vagas disponibilizadas. Questionou-se também, se há consulta pública para definição dos cursos a serem ofertados, e todos afirmaram que não. O G2 salienta que a oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, foi uma solicitação da Coordenação do polo.

Indagou-se também se houve avanços na política de implementação de oferta de cursos, se teve resultado e quais foram esses resultados, e todos os entrevistados foram unânimes em reconhecer que houve avanços com a evolução da política. Os polos da UAB são reflexos destes avanços. O processo de expansão e interiorização se materializa, com o ensino presencial, mas ganha mais amplitude com a EAD. O relato do G2, corroborado por G3, atestam isso:

*[...] dando oportunidade àquelas pessoas que se encontram fora de sala de aula, que por diversos motivos, né, por trabalhos, condições financeiras, não tinha acesso ao ensino superior. E hoje graças a EAD, eles estão conquistando esses espaços. E no nosso país, né, como ele é tão vasto e com tantas diferenças de cultura e valores de uma região para outra, esse novo modelo de educação, né, que é a EAD, ela acabou promovendo uma política de combate a essa desigualdade social, né, que a gente percebia que o acesso ao ensino superior, ele estava restrito a determinada camada da sociedade porque, principalmente aqui na nossa região, que para você conseguir um curso superior, você tem que sair para os grandes centros (G2, 2019).*

*Teve sim, na verdade começou com poucos cursos, né, e foi ampliando essa oferta à medida do tempo, né, ao longo do tempo, e os resultados foram positivos, né, tanto é que a gente pode falar mais na frente da questão do impacto na nossa sociedade, né, tanto econômico como social, né, como a questão do emprego... Então assim, houve avanços, porém já vem de alguma data, que é de conhecimento de todos, a diminuição da oferta, né, além da diminuição dessa oferta, os recursos... lógico! (G3, 2019).*

Nesse sentido, nas falas de G2 e G3, percebe-se que um dos avanços está relacionado a interiorização do ensino superior, ou seja, a disponibilidade de cursos para as camadas menos favorecidas da população. Por outro lado, o G1 e G3 afirmam que a oferta de cursos tem diminuído ao longo dos últimos anos.

Por fim, questionou-se sobre as contribuições do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico do território do Vale do Canindé, se houveram e quais foram essas contribuições, e se não houveram, o por quê; e em resposta, todos os gestores foram unânimes em afirmar que sim, conforme narrativas abaixo:

*Sem dúvida, né, primeiramente a qualificação de mão de obra, aqui são cursos de licenciatura que atende a mão de obra para o professorado da Educação Básica, então isso é... sem dúvida, né! Várias cidades fazem parte do Vale do Canindé, os alunos vêm dessas cidades vizinhas, eles retornam como professores e dentro da cidade de Oeiras, ela melhora a circulação de divisas porque, é... Supermercado, comércio, restaurantes, bares, tudo gira em torno disso porque vêm professores... Têm os professores, têm os alunos, e eles terminam por movimentar uma economia aqui dentro da cidade, então, ela... é só positivo a parte da instituição aqui no Vale do Canindé, em todos os sentidos, ela é positiva (G1, 2019).*

*[...]vejo que a EAD, ela já contribui de várias formas para o desenvolvimento da nossa região, pois já colocou... a gente já observa que a... o ensino superior, através da modalidade à distância, já colocou no mercado de trabalho vários profissionais, já qualificou vários profissionais e oferecendo vários... cursos na modalidade de graduação e pós-graduação. Então, hoje nós temos profissionais qualificados, né? E os resultados a gente observa. Por exemplo, a gente pode dar um exemplo aqui de Oeiras, a educação de Oeiras é exemplo, né? Nós temos também profissionais, é... alunos de outras regiões, de outras cidades circunvizinhas aqui e que a gente sabe também que aquelas cidades ali também tem um índice bom de educação, o nível da educação mudou muito, né? Então, isso também eu acho que é graças à educação a distância (G2, 2019).*

*Sim, sim! Houve muitas contribuições, eu sou fruto disso, né, apesar de já ter curso superior, de ter formação... ser licenciado pela UESPI, eu pude fazer um curso na área de administração, né, um bacharelado em administração que condicionou com que hoje eu pudesse ter sido aluno e hoje ser coordenador do polo [...] temos diversos alunos que foram aprovados em concursos do IFPI, em concursos da rede estadual, concursos das prefeituras, das redes municipais das diversas cidades que fazem... que compõem o polo. Nesse polo nós temos em torno de... chegou momentos que nós tínhamos alunos de 20 cidades daqui... alunos até de Picos, Teresina, fazendo pós-graduação aqui, Floriano, é... da região de Colônia do Gurguéia, Canto do Buriti, toda essa região fora do eixo, fora do território do Vale do Canindé (G3, 2019).*

No que diz respeito às contribuições do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico do território do Vale do Canindé, a visão predominante entre os entrevistados se refere à formação de mão de obra qualificada, às maiores oportunidades no mercado de trabalho, principalmente de professores, pois quase todos os cursos ofertados são de licenciatura, com exceção de três que são bacharelados. Outra contribuição diz respeito ao impacto no comércio local, como se destaca na fala do G1 (2019): “*melhora a circulação de divisas porque, é... Supermercado, comércio, restaurantes, bares, tudo gira em torno disso porque vêm professores*”. Corroborando o G3 (2019) salienta que “*o comércio local ganhou muito com a implantação desse polo, nos encontros presenciais aos sábados, se você andasse*

*aqui pela feira, a quantidade de pessoas circulando no município, trazendo... é... gastando recursos dentro do município”.*

Diante disso, percebe-se a importância do ensino superior para o desenvolvimento local, pois quanto maior o nível de escolarização mais chances as pessoas possuem de se inserirem no mercado de trabalho e gerarem maiores níveis de renda, contribuindo para o desenvolvimento da região, ressaltando inclusive, que um dos entrevistados foi aluno da EaD, no polo onde hoje é coordenador, e destacou que a formação recebida através da UAB contribui para o bom desempenho de suas atividades.

Nesse sentido, Gubiani et al. (2010) enfatizam que as Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel essencial no desenvolvimento local, tanto na perspectiva econômica pela melhoria da renda, como na social pela melhoria da qualidade de vida da população. Corroborando, Nascimento e Andrade (2011) salientam que o aumento do nível escolaridade pode promover mobilidade social, reduzir as desigualdades sociais, e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou os resultados da política de expansão e interiorização do ensino superior, através da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade Aberta do Brasil, no Território do Vale do Canindé (PI), adotando como recorte temporal o período entre 2000 e 2019. Período este em que ocorreu a criação de IES pública e cursos de graduação presenciais de caráter permanente no território investigado até os dias atuais.

Neste sentido, apresentou-se a política de interiorização e de expansão do ensino superior no Estado do Piauí, no Território do Vale do Canindé, enfatizando a implantação, a estrutura organizacional e a evolução na oferta de vagas de cursos do Campus da UESPI e nos polos de apoio presencial; analisou-se os resultados da oferta de vagas em cursos da UESPI (2000 a 2018) e UAB (2008-2018) no que se refere ao quantitativo de ingressantes *versus* quantitativo de egressos; e identificou-se as percepções dos gestores públicos da educação superior acerca dos avanços e dos entraves no processo de expansão e implementação do ensino superior no território, bem como sobre sua contribuição no desenvolvimento da região.

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica, análise documental, levantamento de dados e entrevistas com a finalidade de coletar informações, sistematizar ideias e analisar as questões propostas nessa pesquisa. O estudo de indicadores do Brasil, do Piauí e do Território do Vale do Canindé centralizou-se em variáveis relativas às IES públicas, cursos, vagas, matrículas e egressos da graduação presencial e à distância, que dão expressão e materialidade às categorias expansão e interiorização do ensino superior.

Apresentou-se, inicialmente, o percurso histórico do ensino superior no Brasil para melhor compreensão do contexto educacional, verificando-se sua evolução ao longo no período estudado. Percebeu-se que o ensino superior brasileiro, no início, caracterizava-se, pela formação profissionalizante, sem associação entre teoria e prática, e sem foco na pesquisa, visando atender aos interesses da elite, permanecendo assim durante todo o período colonial e imperial. Além disso, a educação superior era elitista e excludente, pois poucos tinham acesso a esse nível de ensino. Somente com a primeira Carta Magna Republicana de 1891, ocorreram mudanças no contexto educacional e, mesmo mantendo o ensino superior como atribuição do Poder Central, permitiu-se o surgimento de universidades estaduais e a criação de instituições de ensino superior privadas.

No entanto, as mudanças mais significativas na política educacional do ensino superior aconteceram a partir da década de 1960, com a Reforma Universitária de 1968, aprovada por meio da Lei nº 5.540/68. Com ela surgiram mudanças, destacando-se o estabelecimento da



autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades. A década de 1970 foi marcada pela expansão do ensino superior em consequência da urbanização, do avanço do capitalismo e da necessidade de profissionais qualificados para o desenvolvimento do capitalismo.

No final da década de 1990, surge um novo movimento de expansão e interiorização do ensino superior para atender cobranças da população e as exigências do mercado por mão de obra ainda mais qualificada. Dessa forma, foram apresentados os programas de expansão universitária criados a partir de 2003, que concretiza o mais recente movimento expansionista.

Na sequência, abordou-se as origens e expansão do ensino superior no Estado do Piauí, enfatizando as políticas públicas do governo estadual destinadas a este nível de ensino. Percebeu-se que a implantação do ensino superior no Piauí ocorreu de forma semelhante a outros estados brasileiros, com a instalação da Faculdade de Direito do Piauí na década de 1930 para atender aos anseios da elite intelectual, econômica e política piauiense. A partir de então, surgem outras faculdades como a Faculdade Católica de Filosofia, de Odontologia, de Medicina e de Administração que deram origem à Universidade Federal do Piauí. Somente na década de 1980, cria-se uma Instituição de Ensino Superior administrada pelo governo estadual, passando a adquirir o *status* de Universidade Estadual do Piauí em 1993, através de Decreto Federal nº 042/1991, dando início ao processo de expansão e interiorização desse nível de ensino no Estado.

Os dados empíricos apontam que o Estado do Piauí vivenciou um processo de expansão acelerada (instituições, matrículas, cursos e vagas), especialmente pós-LDB/1996, tendo por base o processo de diversificação e privatização da oferta que mostra os efeitos das políticas de educação superior implementadas nos últimos anos.

Os resultados do *locus* de pesquisa destacam a evolução na oferta de vagas, cursos do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”, nos polos de apoio presencial da UAB (Oeiras e Simplício Mendes) e os resultados que foram alcançados. Além disso, analisou-se as percepções dos gestores públicos de educação acerca dos avanços e dos entraves do processo de expansão e implementação do ensino superior no território do Vale do Canindé, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da região.

O ensino superior no Território do Vale do Canindé iniciou-se com a criação oficial do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” em 2000, e com a primeira oferta de cursos presenciais regulares em 2001. No período entre 2001 e 2019 o Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” ofertou 2.250 (duas mil e duzentas e cinquenta) vagas em cursos de graduação (regular e especial/ PARFOR), todos licenciatura, com um total de 2.040

(duas mil e quarenta) matrículas e 1.005 (um mil e cinco) egressos, possibilitando que estes novos profissionais possam ingressar no mercado de trabalho e contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da região.

No entanto, verificou-se que não houve um planejamento adequado para a expansão da política educacional, pois a instalação do Campus da UESPI ocorreu sem a preocupação com a infraestrutura necessária ao seu bom funcionamento, e que, ao longo desses anos, não houve avanços quanto à melhoria da infraestrutura, e isto acaba afetando a qualidade do ensino que é ofertado. Além disso, houve declínio na oferta de vagas nos últimos 3 (três) anos, sendo disponibilizadas apenas 40 (quarenta) vagas por ano (de 2017 a 2018) no curso de Licenciatura em História. Nos demais cursos, não houve oferta de vagas.

Algumas fragilidades foram diagnosticadas: ausência de espaço físico adequado; número reduzido de professores efetivos e falta de professores no curso de licenciatura em Matemática; falta de incentivo e apoio institucional; e escassez de investimento de recursos financeiros direcionados ao ensino no território. Desta forma, o Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz” em Oeiras, não sustenta a ideia de universidade pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão. Ademais, a oferta de novos cursos depende da publicação dos pareceres de avaliação emitidos pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí, para reconhecimento dos cursos de Letras/Português, Pedagogia e História.

Quanto à oferta de cursos na modalidade à distância, através do Sistema UAB, nos polos que fazem parte da região investigada, Oeiras e Simplício Mendes, observou-se que foram disponibilizadas 2.306 (duas mil e trezentas e seis) vagas no período entre 2008 e 2019, com um total de matrículas de 2.413 (duas mil e quatrocentas e treze), porém o número de egressos foi de 1.087 (um mil e oitenta e sete). Portanto, verifica-se que a contribuição da UAB no processo de expansão e interiorização do ensino superior no território estudado é relativa.

Por outro lado, percebeu-se grande número de evasões nos cursos de graduação, tanto nas ofertas presenciais quanto à distância. Destarte, um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos gestores das IES públicas do território é garantir a permanência dos ingressantes, pois a democratização do ensino não diz respeito somente a garantia do acesso, faz-se necessário também a permanência, e, sobretudo, o sucesso. Ressalta-se que não é finalidade desta pesquisa investigar as causas da evasão, no entanto, existe necessidade de estudos sobre os motivos pelos quais expressiva parte dos estudantes não concluem seus cursos superiores presenciais, assim como na modalidade à distância, nos polos da UAB localizados no Território do Vale do Canindé.

Dentre as dificuldades apontadas pelos gestores entrevistados, destacam-se a falta de docentes, estrutura física inadequada (no caso do Campus da UESPI “Professor Possidônio Queiroz”), estrutura física precária/interditada e recursos financeiros insuficientes.

No tocante às contribuições do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico do território do Vale do Canindé, a visão predominante entre os entrevistados se refere à formação de mão de obra qualificada, às maiores oportunidades no mercado de trabalho, principalmente de professores, pois quase todos os cursos ofertados são de licenciatura, com exceção de três que são bacharelados: Administração, Administração Pública e Sistemas de Informação.

No entanto, é essencial um olhar mais atento dos gestores públicos na tomada de decisões para o enfrentamento dos problemas apontados nessa investigação, pois não basta apenas expandir a oferta sem fornecer as condições necessárias para garantir o mínimo de qualidade. Espera-se que este estudo contribua para o planejamento de ações mais consistentes na definição de políticas de ensino superior no território estudado.

Por fim, esta pesquisa possibilitou uma análise da política pública de implementação do ensino superior no Território do Vale do Canindé, ao mesmo tempo sinalizou novas temáticas para futuras investigações, tais como: fatores que contribuem para a evasão; os impactos da expansão e interiorização no desenvolvimento socioeconômico; a eficiência da aplicação dos recursos financeiros no ensino superior; e a efetividade das políticas públicas educacionais.

## REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**. Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015.

AMORIM, Priscila Azevedo de; SANTOS, Derivaldo Gomes dos; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de Novaes. **Ensino superior brasileiro: notas sobre a origem e a expansão**. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicações/imp-pub-6740346.pdf>. Acesso em: 21 abr.2018.

ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 17, n. 3 (46), p. 219-243, Julho/Setembro 2017.

BARRETO, Polliana de Luna Nunes. **O Papel da Educação na promoção do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a expansão do ensino superior na Região Metropolitana do Cariri**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2012.

BARREIRO, I.M.F.; TERRIBILI FILHO, A. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: avaliação de política pública da Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan./mar. 2007.

BARREYRO, G. B. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: INEP/MEC, 2008.

BITTENCOURT, I. M.; MERCADO, L. P. L. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 465-504, abr./jun. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394/96. Brasília, DF, 1996.

BRASIL/MEC. **Site Oficial do Prouni**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL/MEC.. **Site Oficial do Reuni**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL, **Decreto nº 5.800**, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial [da] República Federativa do União, Brasília, DF, 09 de junho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm). Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm). Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Seção I. P. 4.

BRASIL, MEC/INEP. **Censo da educação superior** - Divulgação dos Principais Resultados do Censo, 2010. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/sinopse-esta\\_isticaicrodadosdocensodaeducacaosuperior-2010](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/sinopse-esta_isticaicrodadosdocensodaeducacaosuperior-2010)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. **Revista Brasileira de Educação**. n. 67, v. 21 n. 67 out./dez., 2016, p.809-831.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Anuário Estatístico do Piauí 2016**. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/20185/CEPRO03a44b0f3ffe.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

COELHO, M. L. **A evasão nos cursos de formação continuada de professores universitários na modalidade de educação a distância via internet**. Minas Gerais: UFMG, 2002.

CORBUCCI, P.R.; KUBOTA, L. C.; MEIRA, A. P. B. Evolução da Educação Superior Privada do Brasil: Da Reforma Universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**, n. 46, ago. 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/radar46\\_art01.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/radar46_art01.pdf). Acesso em: 25 fev. 2019.

COSTA, Everton de Brito Oliveira; RAUBER, Pedro. História da Educação: surgimento e tendências atuais da Universidade no Brasil. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS, v. 1, n. 2, Jan./Jun.2009.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Greive Cynthia (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: UNESP, 2007.

DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão da Educação Superior: Múltiplas Regulações e Reforma Universitária no Brasil**. VII Seminário Redestrado–Nuevas Regulaciones en América Latina. Buenos Aires, 3,4 y 5 de Julio de 2008.

DYE, Thomas R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: Heidemann, F.G; Salm,J.F. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: Editora UnB, 2005.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In: BARREIRA, Maria Cecília Nobre; CARVALHO, Maria

do Carmo Brant de (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC - SP, 2001.

DURHAM, Eunice R. **Educação superior, pública e privada**. Seminário sobre Educação no Brasil organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros e pelo Departamento de Estudos Educacionais da Universidade de Oxford, 2003. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/7superior.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ÉSTHER, Angelo Brigato. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, n. 2, julio-diciembre 2015, p. 197-221.

FÁVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, p. 17-36, Mai./Jun. 2006.

FAVERO, R. V. **Dialogar ou evadir: eis a questão!** Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância. Dissertação (Mestrado em Psicopedagogia). Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, 2006.

FEITOSA, Maria da Penha: A **Educação Superior Estadual no Piauí**: aspectos da origem e o processo de expansão nos anos 1990. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

FERREIRA, Eduardo G. S.; LOPES, Marcelo L. P. MEMÓRIAS e RAÍZES: os alicerces da Faculdade de Direito do Piauí (1930-1935). **Revista Eletrônica História em Reflexão**: v. 7 n. 13 – UFGD – Dourados, jan/jun., 2013.

GENTIL, Kanitz; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. **Políticas públicas de expansão da educação superior**: o caso da UNIPAMPA. GT11 -Política da Educação Superior – Trabalho1039D, 2017. Disponível em: [https://www.uces.br/site/midia/arquivos/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](https://www.uces.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf). Acesso em: 06 mai. 2018.

GUBIANI, J. S. ; MORALES, A. B. T. ; SELIG, P. M. ; LOPES, L. F. D. Atividades das Universidades e o impacto no desenvolvimento regional. IN: XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2010, São Carlos, **Anais...** São Carlos: ENEGEP, 2010.

GUERRA, Lenin Cavalcanti Brito. **O processo de formulação do Programa Universidade para Todos: atores, coalizões e interesses** / Lenin Cavalcanti Brito Guerra. – Natal: Editora do IFRN, 2016.

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, novembro, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística cidades e estados – 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html>. Acesso em: 20 mar.2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopose Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopese-estatistica-da-educacao-basica>. Acesso em: 05 mar.2019

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior -Notas Estatísticas 2017**. Brasília, 2017.

JESUS, Jorge Alberto Santana de. **A política de expansão e interiorização do ensino superior através da Universidade Aberta do Brasil: a experiência da UNIVASF no Vale do Submédio São Francisco**. Dissertação (Mestrado). Cruz das Almas, BA, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertacoes/category/13-2016?...santana-de>. Acesso em: 25 abr.2018.

LABRA, Maria Eliana. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 9(2): 131-166, 1999.

LIMA, Paulo Cerauno Maciel de. **A percepção dos docentes da UFRN sobre o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e ampliação das Universidades Federais – REUNI**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16917/1/PauloCML\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16917/1/PauloCML_DISSERT.pdf). Acesso em: 26 abr. 2018.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc. [online]**. 2009, vol.30, n.106, pp.15-35.

MELO, P. A.; MELO, M. B.; NUNES, R. S. A educação a distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Santa Catarina, v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago 2009.

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa de. História e Memória do Ensino Superior no Piauí de 1930 A 1960. In: **Anais do 4. Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI - A pesquisa como mediação de prática sócio-educativas; 2006; Teresina, Brasil. Teresina: EDUFPI; 2006a.**

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa de. **Os alicerces da Educação Superior no Piauí: Uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 – 1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Teresina: UFPI, 2006b.

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa de. História do Ensino Superior no Piauí (1930 – 1960): elementos para sua compreensão e avaliação. **GT 15 Avaliação Educacional**. Disponível em: [leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos2004/GT15/GT1.PDF](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos2004/GT15/GT1.PDF). Acesso em: 12 mai. 2019.

MENDONÇA C. M. C.; GUERRA, L. C. B.; MENDONÇA, A. V. P. M.; SOUSA NETO, M. V. Políticas de Acesso à Educação Superior e Desempenho de Alunos Bolsistas: o Caso de uma Universidade Privada de Natal/RN. RAUnP - **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 7, n. 2, p. 15-29, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2012). **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 set.2019.

NASCIMENTO, R. P.; ANDRADE, R. C. S. O crescimento de instituições de ensino superior privadas e o desenvolvimento local. **Revista de Informação**, v. 12, n. 6, dez. 2011.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

NOGUEIRA, T. de J. A. M. **Educação superior no extremo sul piauiense (1986 - 2005): história e memória**. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006. Disponível em: [http://ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertação/2006/educ\\_sup\\_sul-teresinha.pdf](http://ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertação/2006/educ_sup_sul-teresinha.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Rev. Adm. Pública [online]**. 2007, vol.41, n.spe, pp.103-147.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A Educação Superior No Brasil**. Porto Alegre: UNESCO, 2002, p.24-38.

PEREIRA, Fernanda C. B. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as Instituições de Ensino Superior**. 2003. 172f. (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

PIAUI, UESPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2026**. Teresina – PI. Disponível em: <http://www.uespi.br/proplan/arquivos/PDI%202012-2016.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2018.

PIAUI, UESPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Teresina – PI. Disponível em: [http://www.uespi.br/site/wp-content/uploads/PDI\\_FINAL\\_GRAFICA\\_2017.pdf](http://www.uespi.br/site/wp-content/uploads/PDI_FINAL_GRAFICA_2017.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

PINTO, Gilson de Almeida.; BUFFA, Ester. **Arquitetura, urbanismo, educação: câmpus universitários brasileiros**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

PNAP (Programa Nacional de Formação em Administração Pública). Disponível em: <<http://www.pnap.ufsc.br/novo/>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

RANIERI, Nina. Educação obrigatória e gratuita no Brasil: um longo caminho, avanços e perspectivas. In: RANIERI, Nina B. S.; ALVES, Angela L. A. (Org.). **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.



RIBEIRO, M. de P. História da formação de professores no Brasil colônia e império: um resgate histórico. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades) . Acesso em: 05 jul. 2019.

RIZZATTI, G.; FRANZONI, A. M. B.; MELO, M. B.; SILVA, J. E. O. Perspectivas da educação superior a distância no Brasil. **XV colóquio internacional de gestão universitária – CIGU**, Desafios da Gestão Universitária no Século XXI, Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezembro de 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/13071/101\\_00187.pdf?sequence=3](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/13071/101_00187.pdf?sequence=3)>. Acesso em: 07 jun. 2018.

RUA, M. G. (1998). Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. **O estudo da política – Tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15. p. 231-260.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, A. G. R. A evasão nos cursos de graduação a distância UAB/Unimontes no polo de São João da Ponte/MG. **Revista Multitexto**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 30-34, 2014>

SANTOS, Livia S.; FREITAS, Urandi R. Paiva. Pensando a Educação Superior e o desenvolvimento da Bahia à luz da Teoria do Crescimento Endógeno. **Revista Desenbahia**, n. 12, mar. 2010, p. 67 a 91.

SANTOS, Fabiano. C. **UAB como política pública de democratização do ensino superior via EaD**. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto01.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 4, p. 941-964, 2011.

SAVIANI, Demerval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Revista Poiesis Pedagógica**, V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SERAFIM, Milena P.; DIAS, Rafael de B. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, V.3, n.1, p.121-134, jan/jun 2012.

SERAINÉ, Ana Beatriz Martins dos Santos. **Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo.** 2009. 253f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

SILVA, Agnaldo José da. **A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo estadual.** 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, G. J.C. **O ensino superior privado: o conflito entre o lucro, expansão e qualidade.** 282f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, G. F. **A expansão e a interiorização da Universidade Estadual de Goiás (UEG).** (Dissertação do Mestrado em Educação UCG), Goiânia, 2002.

SILVA, R.A. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil. **Trilhas Pedagógicas**, v. 7, n. 7, Ago. 2017, p. 291-304.

SOTANNI et al. **Ciclo de Políticas Públicas como método de análise de políticas educacionais: uma pesquisa bibliométrica acerca do tema. Petrópolis/RJ – 30 de novembro e 01 de dezembro de 2017**

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STALLIVIERI, Luciane. **o sistema de ensino superior do brasil características, tendências e perspectivas.** Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

TEIXEIRA, Rodolfo dos Santos. O Caminho. In: **UFBA: do século XIX ao século XXI /** Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação; TOUTAIN, Lúcia Maria Batista Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Orgs.) – Salvador : EDUF BA, 2010. p 61-94.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA GRAVADA COM O DIRETOR DO CAMPUS DA UESPI**

1. Desde quando o senhor está diretor do Campus “Professor Possidônio Queiroz”?
2. Você considera que houve implementação de políticas educacionais no ensino superior no campus que você administra? Sim, quais? Se não, por quê?
3. Quais as dificuldades nos âmbitos acadêmico-pedagógico, gestão organizacional e financeira do Campus que o senhor administra?
4. Se houve dificuldades, quais as estratégias e ações utilizadas para superar as dificuldades relatadas?
5. O campus tem PDI? Se sim, quais os objetivos, as diretrizes e as estratégias desse plano educacional?
6. Relate como aconteceram as ofertas dos cursos no Campus.
7. Houve avanços na política de implementação? Teve resultados? Quais foram esses avanços?
8. Você considera que houve contribuições do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico no Território Vale do Canindé? Quais? Se não houve, por quê?
9. Quais os cursos no campus que são mais procurados por ingressantes?
10. Você tem mais informações sobre a expansão do ensino que gostaria de nos repassar?

Muito obrigada!

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA GRAVADA COM OS GESTORES DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL**

1. Desde quando o senhor está Coordenador deste Polo?
2. Quais as dificuldades nos âmbitos acadêmico-pedagógico, gestão organizacional e financeira do Polo que o senhor administra?
3. Se houve dificuldades, quais as estratégias e ações utilizadas para superar as dificuldades relatadas?
4. Relate como aconteceram as ofertas dos cursos no Polo.
5. Houve avanços na política de implementação? Teve resultados? Quais foram esses avanços?
6. Você considera que houve contribuições do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico no Território Vale do Canindé? Quais? Se não houve, por quê?
7. Quais os cursos no Polo que são mais procurados por ingressantes?
8. Você tem outras informações a este respeito que gostaria de informar?

Muito obrigada!